

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

SAMYA CRISTINA DOS SANTOS CAMPOS

**DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA ILHA
DE LENÇÓIS: entre o cotidiano e a experiência turística**

São Luís

2023

SAMYA CRISTINA DOS SANTOS CAMPOS

**DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA ILHA
DE LENÇÓIS: entre o cotidiano e a experiência turística**

Dissertação parcial apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Mestra em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria Belfort de Carvalho.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

CAMPOS, SAMYA CRISTINA DOS SANTOS.

DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS
NA ILHA DE LENÇÓIS : entre o cotidiano e a experiência
turística / SAMYA CRISTINA DOS SANTOS CAMPOS. - 2023.
117 f.

Orientador(a): Conceição de Maria Belfort de Carvalho.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2023.

1. Arranjos Produtivos Locais. 2. Comunidades
Tradicionais. 3. Dinâmicas Socioespaciais. 4. Ilha de
Lençóis - MA. 5. Turismo. I. Carvalho, Conceição de
Maria Belfort de. II. Título.

SAMYA CRISTINA DOS SANTOS CAMPOS

**DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA ILHA
DE LENÇÓIS: entre o cotidiano e a experiência turística**

Dissertação parcial apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Mestra em Cultura e Sociedade.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho (orientadora)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Bruno Américo Mezenga de Oliveira (Membro Externo)

Doutor em Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Aos que se mantiveram do meu lado até aqui

AGRADECIMENTOS

Cícero disse que “nenhum dever é mais importante do que a gratidão”. Logo, pretendo aqui agradecer a todos que de alguma forma contribuíram ao longo do meu caminho como mestranda.

Primeiramente agradeço a Deus, que tem me dado força e discernimento.

Agradeço aos meus pais Ana Cristina e José Raimundo, meus irmãos Lorena, Otávio e Daniel, pelo amor e carinho de sempre.

Aos meus tios Gleudes e Magno, por viabilizarem e facilitarem minha pesquisa de campo.

Ao meu amor, minha companheira de vida Jaynne Mendes, que faz parte de cada conquista minha.

A minha orientadora, Conceição Belfort, pela imensa generosidade, paciência e ensinamentos ao longo do caminho.

Agradeço também Tereza, Emanuely, Antônio, Wanda, Fernanda e Mariana, amigas que tanto apoiaram, incentivaram e fizeram para que eu conseguisse alcançar meus objetivos.

Ao Lailson James, que me recebeu com tanto carinho e disponibilidade na Ilha de Lençóis e me acompanhou todos os dias de pesquisa de campo. Assim como o Nilson que me levou até o local.

Agradeço a Universidade Federal do Maranhão e ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, por esta feliz oportunidade de estar construindo algo melhor na minha carreira e por concretizar um sonho.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

“Aqui nos Lençóis tudo é lindo assim. Lindo e encantado”

Lailson James

RESUMO

Pensar em comunidades tradicionais, nos traz a ideia de forte preservação da identidade cultural, realidade que faz com que atividades econômicas como o Turismo favoreçam o interesse em aproveitar comercialmente esses espaços. Esse uso pode gerar diversos impactos, tanto positivos quanto negativos, dependendo da forma como é estabelecido em determinada localidade. O presente trabalho foi idealizado com o objetivo de investigar a presença da atividade turística através do modelo de negócios de Arranjos Produtivos Locais na Ilha de Lençóis, em Cururupu - MA. Trata-se de uma comunidade tradicional pesqueira e praiana que integra a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. O estudo aborda principalmente o desenvolvimento local e os possíveis efeitos na dinâmica de vida desse lugar. Esta pesquisa foi realizada utilizando bibliografias e visitas de campo, a fim de investigar as características da comunidade, como o turismo existente é percebido pelos habitantes e quais são as perspectivas em relação ao futuro com a presença e o desenvolvimento dessa atividade. Com o intuito de tornar o estudo mais abrangente, foi elaborado um plano de ação para a estruturação do Arranjo Produtivo Local, após a manifestação de interesse da comunidade nesse modelo. O objetivo geral desta pesquisa é proporcionar um entendimento sobre a coexistência da preservação da identidade e cultura, juntamente com o desenvolvimento socioeconômico por meio do Turismo, dentro do mesmo contexto.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Arranjos Produtivos Locais; Turismo; Dinâmicas Socioespaciais; Ilha de Lençóis - MA.

ABSTRACT

Thinking about traditional communities evokes the notion of strong preservation of cultural identity, a reality that fosters the interest in commercially exploiting these spaces through economic activities, such as tourism. This utilization may generate various impacts, both positive and negative, depending on how it is established in a specific locality. This study was conceptualized with the aim of investigating the presence of tourist activity utilizing the business model of Productive Local Arrangements in Ilha de Lençóis, located in Cururupu – MA. It is a traditional fishing and beach community that is part of the Marine Extractive Reserve of Cururupu. The study primarily examines local development and the potential effects on the dynamics of life in this area. This research was conducted through a review of relevant literature and field visits to explore the community's characteristics, how the existing tourism is perceived by the residents, and their perspectives regarding the future with the presence and development of this activity. To provide a comprehensive study, an action plan was created for the structuring of the Local Productive Arrangement, following the community's expression of interest in this model. The general objective of this research is to gain insight into the coexistence of identity and cultural preservation alongside socioeconomic development through tourism, within the same context.

Keywords: Traditional Communities; Local Productive Arrangements; Tourism; Socio-spatial Dynamics; Ilha de Lençóis - MA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Resex Cururupu	61
Figura 2 - Ilha de Lençóis.....	63
Figura 3 - Dunas na Ilha de Lençóis.....	63
Figura 4 - Rei Sebastião	65
Figura 5 - Filmes sobre a lenda de Dom Sebastião	65
Figura 6 - Centro de Saúde de Lençóis	66
Figura 7 - Unidade Integrada São José.....	67
Figura 8 - Estação de Energia.....	67
Figura 9 - Porto de Apicum-Açu	68
Figura 10 - Igreja de São Sebastião	69
Figura 11 - Prato a base de camarão.....	69
Figura 12 - Processo de pesca	70
Figura 13 - Farol de São João.....	70
Figura 14 - Ponta do Gino	71
Figura 15 - Revoada dos Guarás	71
Figura 16 - Pousada Yasmim	72
Figura 17 - Recanto das Aves.....	72
Figura 18 - Pousada Ilha de Lençóis	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise SWOT	95
Quadro 2 – Plano de Ação.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL Arranjos Produtivos Locais

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

REDESIT Rede de Pesquisas em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

ICMBIO Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

TBC Turismo de Base Comunitária

RESEX Reserva Extrativista

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FINEP Financiadora de estudos e Projetos

MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO: práticas no Brasil e no mundo.....	17
2.1 Concepção Histórica	17
2.2 Nível estrutural	22
2.2.1 Formação de Arranjos Produtivos Locais	22
2.3 Nível de Políticas Públicas	27
2.4 Nível de Gestão: Estratégias de Governança (Gestão) em APLs: o modelo de Eficiência Coletiva no Turismo	30
2.5 Nível de Aplicabilidade: possibilidades dentro e fora Turismo	34
2.6 Relações de cultura e mercado	37
3 COMUNIDADES TRADICIONAIS: entre a manutenção da cultura e o desenvolvimento local	40
3.1 Abordagem conceitual	40
3.2 Territorialidades e dinâmica socioespacial em comunidades tradicionais	45
3.3 Comunidades Tradicionais e Turismo	48
4 ARTICULAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA ILHA DE LENÇÓIS: mapeamento e perspectivas	54
4.1 Meio Ambiente e Unidades de Conservação	54
4.2 Reserva Extrativista de Cururupu	59
4.3 Ilha de Lençóis: caracterização da comunidade	62
4.3.1 Aspectos geográficos.....	62
4.3.2 Aspectos históricos	64
4.3.3 Aspectos sociais e de infraestrutura básica.....	66
4.3.4 Atrativos turísticos.....	68
4.3.5 Infraestrutura turística	72
4.4 Perspectivas de estruturação de APL em Turismo	73
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	81
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	83
6.1 Panorama do APL Ilha de Lençóis	95
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	101

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	109
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	110
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	111
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	112
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DO ICMBio	115
ANEXO B - PLATAFORMA BRASIL (EM TRAMITAÇÃO).....	116

1 INTRODUÇÃO

O Turismo opera a partir do interesse ou necessidade das pessoas em fazer deslocamentos (viagens), as quais acontecem pelas mais diversas motivações e que podem ser de lazer, de trabalho, de saúde, entre outros. Contudo, para que se conheça a fundo o funcionamento dessa atividade é essencial nos atentarmos para determinadas questões, dentre elas a forma que se dá sua inserção e recepção nas localidades, quais impactos são produzidos, qual seu papel na economia e quem são os seus atores principais.

Levando em consideração os pontos colocados acima, devemos compreender que cada região que se torna turística vai apresentar uma dinâmica de desenvolvimento diferente, isto de acordo com sua identidade e com os seus aspectos de atratividade. Um exemplar significativo desse pensamento está no foco deste trabalho, notadamente as comunidades tradicionais.

De acordo com o Decreto 6.040 de 07 de dezembro de 2007, o conceito de comunidades tradicionais se apresenta da seguinte forma:

São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição [...]. (BRASIL, 2007, p. 1).

Nas comunidades tradicionais, independente de qual seja sua natureza, se quilombola, pesqueira, ribeirinha, sertaneja, entre outras, o modo de vida aliado à sua paisagem confere status de interesse no que diz respeito ao Turismo. Neste caso especificamente a forma de aglomeração de negócios através dos Arranjos Produtivos Locais, entrará na discussão relacionada a atividade turística, tornando então, importante conhecer, observar e analisar como se sucede todo esse processo de inserção e relacionamento da atividade com a comunidade.

A partir desse contexto, emerge a problemática que orienta este estudo, a saber: De que forma as possibilidades de organização de Arranjos Produtivos Locais no âmbito turístico podem interferir na realidade da comunidade tradicional Ilha de Lençóis?

Para que este questionamento seja sanado coloca-se como objetivo geral investigar as possibilidades de organização de Arranjos Produtivos Locais na comunidade tradicional Ilha de Lençóis e os reflexos na dinâmica socioespacial deste local. O alcance deste objetivo geral se dá através dos específicos que são apresentar conceitos e características sobre Arranjos Produtivos Locais; Compreender a dinâmica socioespacial em comunidades tradicionais; realizar levantamento do funcionamento da atividade turística da comunidade tradicional Ilha

de Lençóis e mapear as possibilidades de articulação de Arranjos Produtivos Locais na comunidade tradicional Ilha de Lençóis.

As comunidades tradicionais possuem um importante papel no que concerne a valorização e perpetuação de certos costumes e tradições. Suas particularidades revelam um cenário onde encontramos uma gama de representações ligadas a elementos como produção artesanal, culinária, imaginário popular e paisagens naturais que são entendidos e usufruídos de um modo que a certo nível se distingue dos modelos externos.

Voltando essas características para a perspectiva da atividade do Turismo, essas comunidades e seu estilo de vivência despertam interesse e passam a ser vistas como lugares de potencial turístico.

Se tratando deste trabalho, a escolha por essa temática, surgiu a partir de leituras e pesquisas anteriores a respeito da Amazônia Maranhense. Este grande tema é ligado a diversos assuntos em pesquisas científicas, dentre eles o Turismo. Apesar de o aproveitamento do espaço no formato turístico pertencente a este espaço render diversos estudos, a área onde se situa a comunidade pesqueira Ilha de Lençóis ainda não possui muitos trabalhos utilizando-a como objeto, o que permite continuar explorando e fomentando interesse por este ecossistema, só que de maneira a trazer novas perspectivas e resultados.

O intuito aqui é de compreender e analisar esta relação, tendo como foco comunidades tradicionais pesqueiras, sendo a Ilha de Lençóis, localizada no município de Cururupu o objeto para composição do trabalho. Vale ressaltar que a escolha deste local se deu por conta de nesta ilha já existir movimentação turística, tornando mais amplas as possibilidades de execução da pesquisa.

Para a realização desta pesquisa, foi necessário, primeiramente, um embasamento bibliográfico para constituição do referencial teórico, além de visitas *in loco*, bem como diálogos com a comunidade da Ilha de Lençóis, no sentido de possibilitar uma melhor contextualização do trabalho e alcance dos resultados.

Sendo assim, o presente estudo está organizado da seguinte forma:

A parte inicial consiste na introdução, onde é apresentado e previamente detalhado o trabalho e seu conteúdo. Partindo-se, em seguida, para a fundamentação teórica, cujo capítulo aborda as compreensões a respeito dos arranjos produtivos locais, contemplando um traçado histórico, definições do termo, bem como seus aspectos formadores, tais como características, tipos, classificação, entre outros, amparando-se em autores como José Eduardo Cassiolato e Helena Latres, os quais são considerados referência na abordagem dos Arranjos Produtivos Locais. Além disso, dialoga-se com Pierre Bourdier, Marcel Mauss, Terry Eagleton, na

perspectiva de promover contrapontos e discussões a respeito de capital cultural e simbologias de cultura.

No capítulo seguinte, dá-se foco para as Comunidades Tradicionais, onde foram tratados os conceitos ligados à dinâmica socioespacial e territorialidades, o uso dos espaços dessas comunidades e as possibilidades de existência e realização de turismo. Na referida seção, ancora-se a análise em Milton Santos, Luzia Coriolano, Isabel Grimm e Carlos Sampaio, com enfoque nos sentidos dados ao espaço, ao Turismo de Base Comunitária e a relação de determinadas atividades econômicas com a natureza.

Passando para a última parte do referencial teórico, foi apresentado de forma detalhada o objeto de estudo, a comunidade tradicional de Ilha de Lençóis, junto com um levantamento da atividade turística existente no local e as possibilidades de desenvolvimento com Arranjos Produtivos Locais alinhadas com as diretrizes de preservação cultural e ambiental. Nesse capítulo foram apontadas, também, as ideias de memória e identidade com suporte nos estudos de Maurice Halbwachs, e Stuart Hall, a fim de relacionar estes pontos com as características de vivência da Ilha de Lençóis.

A segunda fase do estudo, a de campo, ocorreu por meio de uma visita para verificar a estrutura local a fim de subsidiar a construção do quarto capítulo e observar, presencialmente, as condições de aplicação dos moldes principais do trabalho, os Arranjos Produtivos Locais. Para tanto, foram aplicados questionários e entrevistas com residentes do local e outras partes interessadas do Turismo. Na oportunidade, foram colhidas informações sobre os aspectos gerais do lugar.

A realização deste estudo visa fortalecer os debates e esclarecimentos em torno dos caminhos que vêm sendo tomados na relação do homem com a natureza, através das comunidades tradicionais com o Turismo, na tentativa de promover o desenvolvimento local, uma maior visibilidade e o devido reconhecimento da relevância a estes lugares.

2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO: práticas no Brasil e no mundo

O desenvolvimento econômico é uma temática que se encontra constantemente em voga e no centro das discussões de cunho social, por envolver aspectos como distribuição de renda, geração de emprego, produção e consumo de bens e serviços, entre outros.

São diversas as teorias em torno de como é melhor desenvolver cada país ou região economicamente e como isso se aplica de acordo com as características de cada localidade. Nesse contexto, este capítulo discorrerá sobre os Arranjos Produtivos Locais (APL), se utilizando ao longo da escrita de parâmetros a nível nacional e mundial, abordando o conceito, as características, o histórico e sua efetividade em diferentes tipos de empreendimentos, notadamente os de Turismo.

2.1 Concepção Histórica

A atividade econômica está presente desde a Idade Média, quando se formaram as corporações de ofício. No entanto, a Revolução Industrial do século XIX e a posterior divisão dos processos produtivos levaram ao surgimento de clusters de empresas com características de APL (CASTRO, 2009).

Nas décadas de 1960 e 1970, a Alemanha e a Itália iniciaram a configuração de arranjos produtivos localizados que se mostraram altamente bem-sucedidos. Como resultado, esses modelos de organização proliferaram. Embora o economista Marshall já tivesse delineado o fenômeno no início dos anos 1900, seu crescimento só se materializou no pós-guerra (CERVIERI, 2008).

Na Itália, por exemplo, a região da Emília-Romagna se destacou por desenvolver um modelo de produção baseado em Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que atuam em setores específicos, como a produção de máquinas agrícolas e de processamento de alimentos. Essas PMEs se unem em clusters industriais que favorecem a troca de informações, a inovação e a redução de custos (SILVA, 2019).

Na Alemanha, o modelo de *Mittelstand* se caracteriza pela presença de empresas familiares de pequeno e médio porte que atuam em nichos de mercado e possuem alto nível de especialização e inovação. Essas empresas se beneficiam de redes de cooperação e parcerias com outras empresas, universidades e institutos de pesquisa (CASTRO, 2009).

Segundo Suzigan (2006), a sua criação está ligada à evolução histórica do estabelecimento de identidades e laços territoriais, tanto a nível regional como local, ancorados em bases sociais, culturais, políticas e económicas partilhadas. Presume-se que os arranjos produtivos locais promovem ambientes propícios para interação, colaboração e confiança entre as partes interessadas, juntamente com o potencial de progresso e avanço.

À medida que foram sendo desenvolvidas e difundidas essas diretrizes de mercado mundial chegaram também ao Brasil. Nacionalmente as ideias de APLs foram abraçadas, passando por mais fundamentações e promovendo mais discussões científicas. Ou seja,

Com a Promulgação da Constituição Brasileira de 1988, as autoridades locais passaram a ter poderes para conduzir o desenvolvimento do Brasil. O objetivo principal era melhorar o padrão de vida, melhorando o acesso a moradia de qualidade, educação, saúde e lazer, bem como melhores sistemas de transporte e saneamento [...]. (SUZIGAN, 2006, p. 20).

Nacionalmente, a ideia do APL começou a ganhar força na década de 1990, principalmente a partir de experiências em regiões do Nordeste que buscavam promover o desenvolvimento regional por meio do fortalecimento da cadeia produtiva local.

Segundo Fuini (2013), o conceito de APL foi inicialmente sistematizado no país por um grupo de pesquisadores reunidos na Rede de Pesquisa de Sistemas e Arranjos Locais de Produção e Inovação (Redesist) do Instituto Econômico da Universidade Federal do Rio de Janeiro de Janeiro (IE/UFRJ), a partir de pesquisas realizadas na década de 1990 sobre meios de inovação e sistemas de inovação nacionais e locais.

A partir de 1997, quando a Redesist foi formalizada, os pesquisadores basearam seu estudo em um estudo detalhado de 26 formas de arranjos produtivos localizados em diferentes regiões do país, considerando várias técnicas de atividades produtivas relacionadas ao conteúdo de atividades básicas e maiores (CASSIOLATO; LASTRES, 2008).

Ao passo que os estudos foram acontecendo, notou-se a necessidade de adequação de técnicas e ferramentas que fossem pertinentes a realidade geográficas e culturais do Brasil. A dificuldade de confrontar a realidade descoberta com o material teórico disponível na literatura nacional e internacional, estimula a busca por definições que se adequem à realidade percebida e permitam o estudo desses arranjos de forma a levar em consideração os aspectos intrínsecos à sua formação (FUINI, 2013).

A importância de nivelar a teoria à realidade do campo de pesquisa tornou-se uma via de interesse e necessidade para estudiosos dos mais diversos campos, principalmente no que diz respeito aos clusters locais, que tratam das características e cultura inerentes a cada região.

Para Lastres *et al.* (2014), a diversidade de arranjos no território brasileiro incide sobre uma das premissas do termo, a das infinitas possibilidades, pois o Brasil, em seu vasto território, é repleto de espaços e carece de meios para implementar políticas e inovações que mobilizem capacidade produtiva. Assim, a julgar pelas 26 pesquisas realizadas entre 1997 e 2002, muito se avançou nos 11 anos desde que o termo foi reconhecido e introduzido na agenda política nacional. Atualmente, a Redesist possui 74 pesquisas abrangentes e 3 pesquisas em beta em 26 estados brasileiros, mas Lastres *et al.* (2014) admitem que ainda há um longo caminho a percorrer.

Atualmente a segunda geração, termo consolidado que abrange novas estratégias para os APLs, foca em novas abordagens, fortalecendo a cadeia de participação do arranjo e vínculos entre diversos APLs do mesmo setor, além de estimular a colaboração interna ou de setores complementares (BELLUCCI *et al.*, 2014).

No contexto emergente, o cenário competitivo está em um estado de fluxo constante. Conforme observação de Tatsch (2010) está ocorrendo uma alteração significativa nas relações intra e interempresas. Essa alteração é particularmente relevante para as pequenas e médias empresas. Sob as pressões da globalização, as empresas são forçadas a aumentar sua competitividade. Diante disso, a colaboração interorganizacional surge como uma solução viável para atender a essa demanda.

Desta forma, apresenta-se como uma possibilidade prática de progresso. "Estruturas organizacionais que dependem de membros são comuns no mundo dos negócios. Trabalhar em harmonia, trocar recursos e oferecer assistência mútua são elementos-chave da complementaridade. É possível desenvolver o conceito de redes com base em várias fontes [...]. (OLAVE; AMATO NETO, 2001, p. 1).

Com o surgimento do APL, era imperativo definir limites para a inclusão ou exclusão de atributos neste novo modelo de negócio. Isso deu origem a vários conceitos, que vão do geral ao específico, visando atender esse requisito.

Para Rocha (2006), os arranjos Produtivos Locais referem-se a um aglomerado de empresas que compartilham um espaço geográfico, que apresentam especialização produtiva e mantêm interligação, colaboração e troca de conhecimento entre si e outros atores locais. Tais atores podem incluir órgãos governamentais e associações empresariais. Instituições que oferecem crédito, fornecem educação e conduzem pesquisas

De acordo com a definição fornecida pelo SEBRAE (2014, p. 7), um Arranjo Produtivo Local (APL) é identificado como uma concentração de empresas situadas em uma mesma área geográfica. Essas empresas se destacam por sua especialização produtiva e estabelecem conexões de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, além de

interagir com outros atores locais, como o governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Consoante a fala de Freitas (2008, p. 3), sabemos que

[...] um arranjo produtivo local é entendido como uma política pública e um evento econômico socialmente construído, que afeta a vida das pessoas no plano individual e na comunidade, que afeta o meio físico e que, como um empreendimento socioeconômico, pode contribuir para que as pessoas busquem seu “bem-estar econômico e sustentável” [...].

A Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), inclui na formação de seu conceito ideias ligadas também a inovação, sendo este um componente de incremento no trabalho com APLs. Dessa forma traz a seguinte definição:

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais que reúnem agentes econômicos, políticos e sociais em torno de um conjunto específico de atividades econômicas, estabelecendo vínculos, mesmo que incipientes. Essas aglomerações geralmente envolvem a participação e interação de empresas, que podem atuar como produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços de consultoria, comerciantes, clientes, entre outros, com suas diferentes formas de representação e associação. Além disso, englobam uma variedade de instituições públicas e privadas dedicadas à formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, e também políticas de promoção e financiamento. (CASSIOLATO; LATRES, 2003, p. 25).

Enquanto alguns autores apontam diferentes aspectos ou divergem em suas opiniões para conceituar esse tópico, a formação de APLs é baseada em fatores comumente acordados. Tais fatores incluem concentração geográfica, especialização produtiva, atendimento a um mercado final mútuo, manutenção de vínculos articulados, interação, cooperação e participação de associações empresariais, instituições financeiras e instituições de ensino e pesquisa. Gonçalves e Guimarães (2005) estão entre os que identificam esses fatores como a base dos APLs.

Desse modo, percebemos que apesar de mostrarem algumas singularidades, os Arranjos Produtivos Locais têm como foco movimentar e unir através de sua realização os mais diversos âmbitos, indo de empresas a universidades, anunciando possibilidades de transformação nas localidades onde são implantados.

A compreensão dos conceitos em torno dos Arranjos Produtivos Locais nos conduz a atenção para uma questão referente a pesquisa, que é a possível presença deste modelo de negócio em uma comunidade tradicional.

No cenário de uma sociedade, o modelo de economia vigente diz muito sobre como se moldam as relações de produção e consumo de cada lugar. Tendo em conta que o capitalismo

é a principal sistema econômico existente, sabe-se que nos seus mais diversos modos de aplicabilidade o conceito base de exploração e ganho máximo de lucro não se modifica.

O capitalismo, a sociedade dominada pelo capital, é um modo de produção da vida que, nas suas características gerais (as comuns a todas as formações econômico-sociais modernas) se constitui como objeto da análise teórica, que o caracteriza pelas forças produtivas que ele suscita e mobiliza, e pelas relações de produção sobre as quais se assenta.

Em sua filosofia Karl Marx

[...] percebeu que o modo de produção capitalista era o resultado de um desenvolvimento histórico passado, o produto de muitas revoluções econômicas e da extinção de toda uma série de formas mais antigas de produção social; partindo de uma concepção materialista da história, elaborou a tese de que a produção e a troca de produtos eram a base de toda a ordem social, de que a distribuição dos produtos e, com ela, a divisão social dos homens em classes seriam determinadas, em todas as sociedades ao longo da história, pelo que e como se produzissem e pela forma de trocar os seus produtos [...]. (COCOTA, 2013, p. 16).

Acrescentamos, ainda, o pensamento de Pierre Bourdieu, em sua obra *O poder simbólico*, apontando que a posse de bens materiais e os símbolos atrelados a eles são recursos utilizados para reforçar a lógica da produção capitalista a partir da separação de classes.

É enquanto instrumentos estruturadores e estruturantes de comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos e imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica), dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Observa-se, então, que são praticamente indissociáveis outras questões sociais das de trato econômico e que isso orienta a forma de pensar e agir do indivíduo, implicando nas decisões, nos valores, no entendimento de prioridades pessoais e coletivas, na autopercepção e na percepção do outro enquanto ser social. Assim, surgem então discussões sobre comportamentos e limitações, sobre como pode, por exemplo, coexistir uma preocupação com a degradação da natureza e simultaneamente se beneficiar de confortos que muitas vezes vem desse lugar.

O Arranjo Produtivo Local, um dos pilares deste estudo, é uma modelagem inserida no capitalismo, daí a importância de ele estar sendo abordado no texto, visto que dentre os objetivos em desenvolvimento na pesquisa, está um mapeamento para articulação de um APL dentro de uma comunidade tradicional. O que nos leva a considerar os lados que se apresentam conflituosos e proveitosos quando colocamos comunidade tradicional e capitalismo no mesmo debate.

A forma como povos tradicionais entendem o que são bens, o que é valor, qual o sentido das trocas é distinto da sociedade que se configura numa forma mais moderna e urbana.

Isto não significa que uma comunidade tradicional é um local intocado ou ainda estagnado no tempo, essa ideia tem a ver muito mais com a não redução dessas trocas a simplesmente ganho ou perda, trata-se do entendimento de que esses costumes pertencem e dão sentido a um contexto específico.

Para corroborar com esse pensamento podemos recorrer a Marcel Mauss (2003), que ao pesquisar povos tradicionais revela em Sociologia e Antropologia, afirma que as trocas acontecem não só nas formas simbólicas e espirituais em grupos locais, visto que também produzem economicamente, entretanto em suas estruturas, não acontece vinculadas ao lucro exacerbado e a mais valia, o que se torna um ponto significativo de análise e planejamento ao tentarmos equacionar os desejos da população tradicional no contexto moderno de acumulação e vantagem econômica, levando em consideração que na estrutura interna de uma comunidade, tudo é atravessado por cultura.

Comumente, a face apresentada sobre o processo de introdução de atividades de interesse capitalista num ambiente de comunidade tradicional é mais notoriamente negativa, haja vista os acontecimentos de grilagens, invasões, desmatamento, perseguição, morte de líderes comunitários, entre outros.

Contudo, a perspectiva a ser colocada neste trabalho vem de um diferente espectro, já que, como será detalhado mais a frente, os arranjos produtivos locais existem na intenção de potencializar e dinamizar os bens do local onde são implantados de forma organizada e coletiva.

Em teoria, estas aglomerações possuem como interesse comum promover um diálogo colaborativo entre localidades e seus agentes formadores (iniciativa privada, sociedade civil, poder público, instituições de ensino) para que essa articulação resulte em um desenvolvimento organizado que canalize benefícios a esses envolvidos principalmente nos níveis social e econômico.

A ideia a ser apresentada e defendida nesta pesquisa, considerando as diversas faces dos APLs, entretanto se constrói mostrando que estes arranjos servem para identificar e fortalecer as vocações produtivas presentes em determinadas regiões, visando aumentar a competitividade e estimular o crescimento econômico local, com ênfase na cooperação, na troca de conhecimentos e na criação de redes de relacionamento.

2.2 Nível estrutural

2.2.1 Formação de Arranjos Produtivos Locais

De acordo com Lastres (2002), a constituição de um Arranjo Produtivo Local (APL) está geralmente relacionada a trajetórias históricas que abrangem a formação de identidades e a criação de laços regionais e locais, com base em aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos compartilhados.

Sendo assim, para uma compreensão abrangente sobre a concepção dos APLs, além de suas definições e contexto histórico, é necessário explorar aspectos mais profundos dessa temática. Isso inclui entender seus diferentes tipos, suas características distintas, os fatores que impulsionam seu desenvolvimento, a classificação que podem receber, as condições em que operam e as vantagens que oferecem.

Para elencar as características referentes aos APLs, utilizaremos inicialmente os estudos de Helena Lastres pela importância de se expor a perspectiva de autoria de uma das pioneiras no estudo dos APLs no Brasil. As indicações feitas por Lastres (2002, p. 24), são:

a) Sistema de Inovação: tal sistema é constituído por elementos (e relações entre elementos) onde diferenças básicas em experiências históricas, culturais e de língua refletem-se em idiossincrasias em termos de: organização interna das empresas, articulações entre elas e outras organizações, características sociais, econômicas políticas do ambiente local, papel das agências e políticas públicas e privadas, do setor financeiro, etc.;

b) Agentes produtivos: ideia de competitividade fundada na capacidade inovativa das empresas e instituições locais, individual e coletivamente. Ele está baseado em conceitos que enfatizam significativamente os aspectos regionais e locais: aprendizado, interações, competências, complementaridades, seleção, *path dependencies*, governança, etc.;

c) Aprendizado: considerado como fonte principal da mudança, baseia a acumulação das competências das empresas. Tais competências, por sua vez, são extremamente heterogêneas entre os diferentes agentes mesmo dentro de uma mesma atividade;

d) Território: Localidade onde o APL pode ser desenvolvido. Fator analítico fundamental para o debate sobre economia e política da globalização na medida em que supõe a capacidade de estados e outras instituições negociarem e barganharem com grandes grupos multinacionais e, portanto, serem capazes de influir nas decisões quanto ao desenvolvimento;

e) Colaboração: Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) geralmente envolvem a participação e interação de diversas empresas, que podem desempenhar diferentes papéis, desde a produção de bens e serviços finais até o fornecimento de insumos, equipamentos, consultoria, serviços e atuação como clientes. Essas empresas se organizam em variadas formas de representação e associação dentro dos APLs. Além disso, eles abrangem também uma ampla gama de instituições públicas e privadas que têm como foco a formação e capacitação de

recursos humanos, como escolas técnicas e universidades, bem como instituições dedicadas à pesquisa, desenvolvimento e engenharia. Esses APLs também contam com a participação de instituições responsáveis por políticas, promoção e financiamento voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento do arranjo.

Acrescenta-se uma percepção necessária e enriquecedora para o texto, a esse mesmo respeito, Suzigan (2006, p. 3) pontua que as características apontadas são referentes a estrutura produtiva, a forma de organização da produção, os processos de aprendizado e a forma de governança local e por último a capacidade de geração de economias externas, que por sua vez abarca a existência de um amplo contingente de mão-de-obra especializada e com habilidades específicas ao sistema local; a presença e atração de um conjunto de fornecedores especializados de matéria prima, componentes e serviços, e a grande disseminação dos conhecimentos, habilidades e informações, por meio de transbordamentos locais (*spill-overs*), concernentes ao ramo de atividade dos produtores locais.

No que se refere a tipologia, essa definição acontece considerando a relação estabelecida entre o aglomerado e a região onde está situado, quais vantagens em termos de desenvolvimento são compartilhadas por ambos. Para conhecimento, temos Suzigan (2006, p. 24) como fonte, elencando os seguintes tipos:

a) Núcleos de desenvolvimento setorial-regional: corresponde aos sistemas que se destacam duplamente: pela sua grande importância tanto para o desenvolvimento local ou regional como para o respectivo setor ou classe de indústria.

b) Vetores avançados: constituído por aqueles que possuem grande importância para o setor (traduzida na sua participação na produção e no emprego), mas que, por estarem diluídos num tecido econômico muito maior e mais diversificados, têm pouca relevância para o desenvolvimento econômico local ou regional. Em outros termos, a região é importante para o setor, mas o setor é pouco importante para a região. Pelas características desta produção e pelo desenvolvimento de suas funções empresariais complementares à produção, estes APLs podem ser considerados muito desenvolvidos, inclusive por disporem, na região, de recursos complementares muito significativos.

c) Vetor de desenvolvimento local: importantes para uma região, embora não possuam uma contribuição decisiva para o setor principal a que estão vinculados. Corresponde aos sistemas que são importantes para uma região, mas não têm participação expressiva no setor principal a que estão vinculados. Trata-se, em geral, de pólos regionais em atividades cuja produção é geograficamente bastante dispersa.

d) Embrião de arranjo produtivo: pode ser caracterizado como aquele que possui pouca importância para o seu setor e convive, na região, com outras atividades econômicas. Por serem embrionários, são mais difíceis de identificar estatisticamente.

Consideramos, também, o que explicam Chiochetta e Hatakeyama, (2001 p. 61), os quais apresentam dois tipos de APL:

a) A cooperação produtiva busca alcançar economias de escala e escopo, além de melhorar os índices de qualidade e produtividade.

b) A cooperação inovadora é um elemento fundamental que leva à redução de riscos, custos e tempo, além de promover o aprendizado interativo dentro do Arranjo Produtivo Local (APL). Essa cooperação dinamiza o potencial inovador do APL.

Alguns aspectos presentes nesses arranjos incluem um foco territorial definido, estrangulamentos nas demandas comerciais coletivas, interação com a comunidade, atuação nos mercados estadual, nacional e internacional, adoção de finanças de proximidade que envolvem um relacionamento comercial estreito entre bancos e empresas, presença de uma base institucional local diversificada e abrangente, além de uma estrutura produtiva ampla e complexa. Esses fatores contribuem para fortalecer e impulsionar os APLs, promovendo um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social.

A classificação dos APLs acontece em níveis, indo de acordo com o grau de evolução e maturidade do local onde aquele aglomerado está instalado. Para o SEBRAE (2014, p. 14) esses níveis são:

a) Arranjos Incipientes: A ausência de liderança legítima é aparente em certos arranjos desorganizados. Empresas, poder público e setor privado carecem de integração. Os empreendedores carecem de uma visão abrangente, resultando em baixo desempenho dos negócios, foco individualista e isolamento entre as empresas. As autoridades públicas não são interagidas e há falta de apoio das associações profissionais. Tais arranjos são limitados aos mercados locais e têm uma base de produção mais simples. A falta de centros de pesquisa e instituições de formação profissional agrava a ausência de desenvolvimento e implantação de novos processos produtivos.

b) Arranjos em Desenvolvimento: O papel dos APLs no desenvolvimento de áreas locais não pode ser exagerado. Eles são fundamentais para atrair novas empresas a investir e motivar os empreendedores a priorizar a competitividade como pré-requisito para o sucesso sustentado. A liderança dessas organizações é altamente qualificada e reconhecida, formando entidades de classe que defendem interesses regionais e não pessoais. Há uma unificação nascente entre o poder público e o setor comercial.

Os APLs compartilham algumas características, como a concentração em setores específicos, o potencial de congestionamento de elos da cadeia produtiva e os obstáculos no acesso a serviços especializados, como logística, crédito, tecnologia e design. A interação com associações comerciais é uma característica definidora, assim como a participação em mercados locais, regionais e nacionais. Esses fatores, em conjunto, servem para potencializar os APLs e estimular o crescimento no nível local.

c) Arranjos desenvolvidos: São considerados Arranjos Produtivos aqueles que possuem uma interdependência, articulação e vínculos consistentes, resultando em interação, cooperação e aprendizagem entre os agentes envolvidos. Essa interação possibilita inovações nos produtos, processos e formatos organizacionais, gerando maior competitividade empresarial e capacitação social.

No que se refere às condições para que um APL se estabeleça em determinada localidade, ele precisa estar em um cenário favorável, que de acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004, p. 171), é composto da seguinte forma

a) Concentração espacial da produção de bem ou serviço exportável para outras regiões, ainda que da mesma cidade, se esta é uma metrópole, ou produto ou serviço que atende a atividades que exportam para outras regiões;

b) A localização sendo uma fonte de vantagem competitiva muito relevante para as firmas ou as subunidades de firmas;

c) Essas vantagens competitivas de origem locacional tendem a atrair empresas, subunidades de empresas ou mesmo produtores autônomos, ou a fazer crescer ou mesmo manter competitivas as empresas já instaladas, se o ambiente de concorrência é crescente com empresas de outras regiões;

d) Tais vantagens não são apenas indiscriminadas, difusas ou genéricas, possuindo efeitos especialmente importantes para setores ou cadeias específicas;

e) As principais vantagens competitivas da região não se resumiriam aos diferenciados custos de transporte, fiscais, alfandegários ou de acesso a insumos básicos, ou seja, são vantagens que se realimentam com o crescimento do APL.

O mercado empresarial se utiliza da metodologia dos Arranjos Produtivos Locais pelo intuito de dinamizar suas atividades e melhorar sua abrangência e relação com outros mercados. Dito isso, destaca-se novamente as vantagens em se organizar em APL, utilizando das orientações de Cassiolato e Latres (2003, p. 7), os quais afirma que:

a) Representar uma unidade prática de investigação que vai além da tradicional visão baseada na organização individual (empresa), setor ou cadeia produtiva, permitindo estabelecer;

b) Uma ponte entre o território e as atividades econômicas, as quais também não se restringem aos cortes clássicos espaciais como os níveis municipais e de microrregião;

c) Focalizar um grupo de diferentes agentes (empresas e organizações de P&D, educação, treinamento, promoção, financiamento, etc.) e atividades conexas que usualmente caracterizam qualquer sistema produtivo e inovativo local;

d) Cobrir o espaço que simboliza o *lócus* real, onde ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações produtivas e inovativas e fluem os conhecimentos tácitos;

e) Representar um importante desdobramento da implementação das políticas de desenvolvimento industrial, particularmente daqueles que visem estimular os processos de aprendizado, inovação e criação de capacitações. Neste caso, deve-se enfatizar a relevância da participação de agentes locais e de atores coletivos e da importância da coerência e coordenação regionais e nacionais.

Para finalizar o detalhamento sobre os aspectos correspondentes aos Arranjos Produtivos Locais, trataremos neste tópico dos fatores de desenvolvimento, que nada mais são do que os diferenciais existentes que contribuem no maior crescimento destes aglomerados. Segundo Santos, Diniz e Barbosa (2004, p. 8) são:

a) As sedes administrativas das empresas estarem no APL;

b) Uma parte significativa das decisões de financiamento para investimento estar no APL (com capital próprio ou de terceiros);

c) O desenvolvimento de produtos ser realizado no APL;

d) A cooperação institucionalizada oferecer serviços fundamentais;

e) Sensibilidade de entidades governamentais e instituições de desenvolvimento tecnológico às necessidades do APL

f) Planejamento estratégico permanente e participativo no APL;

g) Acesso a mão-de-obra especializada e capacitada para atividades criativas ou estratégicas do setor.

2.3 Nível de Políticas Públicas

De acordo com o relatório de Costa (2010), os APLs estão se tornando cada vez mais importantes como um recurso estratégico para o desenvolvimento regional no Brasil.

Como tal, é fundamental prestar atenção ao seu impacto como forma de superar o subdesenvolvimento e promover o crescimento regional.

Jacometti *et al.* (2016) descrevem os esforços colaborativos de múltiplos atores envolvidos na criação de um APL. Esses atores incluem o Ministério da Indústria e Comércio, as Secretarias Estaduais da Indústria e Comércio, o Banco do Brasil (BB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e as Federações da Indústria.

O objetivo final desses grupos é promover arranjos setoriais produtivos como meio de desenvolvimento local e setorial, contribuindo assim para o crescimento e sustentabilidade dos negócios, melhorando suas vantagens competitivas e promovendo o progresso socioeconômico de uma região ou setor.

Nesse meio, uma das bases de realização são as políticas públicas referentes a esse tema. Torna-se essencial a nível de contextualização, obter compreensão sobre o significado do assunto.

Souza (2002, p. 5) explica que o conceito de políticas públicas pode ser entendido como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

A existência de uma política pública é decisiva para o bom andamento de um projeto quando pensamos nas etapas de concepção, elaboração, execução, recepção e entendimento do público-alvo, assim como também serve para que os seus benefícios propostos se realizem. Em referência aos APLs, o papel das políticas públicas é de integrar e conciliar, as partes interessadas, estabelecendo diretrizes e limites na operacionalização desses aglomerados.

Na observação feita por Costa (2010), fica clara a posição de valor de uma política pública na composição de um Arranjo Produtivo Local, quando o autor diz que,

[...] este salto somente pode ser concebível no contexto de um quadro mais amplo de intervenção do Estado, ao planejar o desenvolvimento destas localidades e regiões, coordenar as ações dos agentes, coagir e constranger os interesses deletérios, criar as condições para que estes aglomerados construam forças centrípetas benéficas ao desenvolvimento do capital social local, da capacidade de governança local e do próprio desenvolvimento econômico local. (COSTA, 2010, p. 190).

Os negócios baseados no modelo de aglomeração produtiva, não diferente de qualquer outro, necessita possuir em sua composição do estabelecimento de políticas, para fins de organização e fomento. Acrescenta-se que,

A partir do final dos anos 1990, começa a ganhar importância nas políticas públicas o tema das aglomerações de empresas, mais comumente denominados no Brasil arranjos produtivos locais (APLs). Sob a influência de vários estudos acadêmicos, alguns órgãos de governo, assim como governos municipais e/ou estaduais, definem ações de apoio aos APLs. (TATSCH; BOTELHO, 2013, p. 16).

As primeiras providências tomadas para o desenvolvimento dos APLs por parte da poder público se desenharam da seguinte forma:

O tema APL destacou-se como opção metodológica, ganhando prioridade para a política do governo federal, a partir de sua inclusão na política industrial, tecnológica e de comércio exterior (Pitce) e da publicação da Portaria Interministerial no 200, de 2 de agosto de 2004, criando o grupo de trabalho permanente (GTP) para APLs, integrado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Integração Nacional (MI) e mais 23 instituições, governamentais e não governamentais, de vários focos e matizes. (SOARES, 2009, p. 1440).

A não estabilidade da economia nacional, fez com que os Arranjos Produtivos, Locais a partir de seu surgimento, fossem enxergados como uma via de produção interessante para melhorias nesse cenário. Utilizando mais uma vez o pensamento de Soares (2009, p. 1437), explica-se que o governo do Brasil tem atuado no enfrentamento da “[...] da problemática do desemprego e para o crescente número de habitantes nas metrópoles. Como alternativa, tem percebido que os APLs podem ser uma estratégia para valorização do local, empregando pessoas da comunidade, evitando assim o êxodo para as metrópoles.”

Outro importante suporte na consolidação do sistema de Arranjos Produtivos Locais, no que concerne a políticas governamentais, foram as viabilizações junto a instituições de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), não esquecendo obviamente da já citada REDESIST. Sobre a incorporação dos APLs nas iniciativas políticas, Lastres (2007, p. 9) diz que:

A partir de 1999, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) iniciou de forma concreta a incorporação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em suas ações. Em parceria com os estados da federação, foram identificados APLs nos quais projetos de cooperação entre institutos de pesquisa e empresas foram apoiados com o objetivo de aprimorar produtos e processos. Pela primeira vez, uma ação em APLs foi incluída no Plano Plurianual de governo (PPA 2000-2003), sob a responsabilidade do MCT. Nesse período, também foram apoiadas pesquisas acadêmicas, tanto de natureza teórica quanto empírica, no contexto dos APLs. O MCT desempenhou um papel importante por meio de suas agências, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que financiaram as primeiras pesquisas durante a transição da década de 1990.

Seguindo as informações pontuadas por Lastres (2007), vale destacar que no primeiro semestre de 2003 foi criado um grupo interministerial voltado para os Arranjos Produtivos Locais (APLs), com o objetivo de integrar as ações existentes e em desenvolvimento. Esse grupo era coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e contava com a participação de 21 órgãos federais. Em agosto de 2004, o grupo foi formalizado como o Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP), ampliando sua composição para envolver tanto atores governamentais quanto não governamentais. (2007, p. 10).

No setor financeiro, essas iniciativas começaram a ser vistas de forma positiva e gerar interesses para o setor bancário, logo “[...] os cinco bancos federais- o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica Federal - também passaram a utilizar ou deram continuidade à utilização da abordagem de APLs.” (LASTRES, 2007, p. 11).

Entretanto, para que se consolidem essas políticas públicas e junto com elas ocorram impactos socioeconômicos positivos, alguns cuidados devem ser tomados no processo, como a correta identificação do potencial de uma região para APL, o envolvimento de todas as partes interessada, o incentivo ao progresso no formato de parceria e acima de tudo a constante atualização e uso correto dessas políticas.

2.4 Nível de Gestão: Estratégias de Governança (Gestão) em APLs: o modelo de Eficiência Coletiva no Turismo

No século XIX, Marshall escreveu pela primeira vez a expressão "arranjo produtivo local", que desde então se tornou um tema popular na literatura econômica. No passado recente, o assunto ganhou ainda mais relevância devido aos exemplos de progresso econômico observados em diversos países, tais como Itália, Alemanha, Japão, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil. Empresas em todo o mundo reconheceram esse conceito como uma estratégia de negócios crucial para impulsionar seu crescimento tecnológico e social, tornando-as mais competitivas e inovadoras (OLIVEIRA, 2009).

O processo contemporâneo de globalização trouxe novas estruturas organizacionais adaptáveis que levam as empresas a buscar formas de garantir sua sobrevivência. Oliveira (2009) defende que a clusterização é uma solução viável, pois permite que as empresas cooperem e gerem capital, além de fornecer elementos necessários para sua longevidade no mercado.

Um ponto a ser observado sobre APLs é a forma de gerir. Das diversas formas existentes a mais popularizada é a Governança. O conceito de Governança se aplica a diversos ambientes de conhecimento e gestão. Em linhas gerais, pode-se dizer que Governança está ligada a “[...] padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico.” (SANTOS, 1997, p. 341 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 1).

O estudioso em Governança, Matias Pereira (2010, p. 115), observa que aquele conceito já foi superado em virtude dos seus aspectos operacionais, ao passo que foi agregando elementos novos, “Assim, além dos mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como partidos políticos e grupos de pressão, incluem-se na fase atual as redes sociais informais - de fornecedores, famílias, gerentes -, hierarquias e associações de diversos tipos.”

O fato de a Governança estar presente nos mais diferentes cenários sociais, acabou por desencadear os mais diferentes tipos de atuação nesse modelo de gestão, passando pela gestão pública, iniciativa privada, entre outros. Para fins de contextualização e detalhamento, dentre essa variedade, foram consultados autores e documentos, dentre eles o Decreto Nº 9203/2017, o Código das melhores práticas de Governança Corporativa (2015, p. 20), Jacobi e Sinisgalli (2012, p. 1471), Knopp (2011, p. 61) e Kurbalija (2016, p. 20), os quais exemplificam e explicam alguns desses tipos:

a) Governança Pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

b) Governança Corporativa: é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas;

c) Governança Ambiental: A governança ambiental envolve todos e cada um nas decisões sobre o meio ambiente, por meio das organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta;

d) Governança da Internet: é o desenvolvimento e a aplicação pelos Governos, pelo setor privado e pela sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos de tomadas de decisão e programas em comum que definem a evolução e o uso da Internet;

e) Governança Social: Entende-se a atuação coletiva e concertada, a cooperação (operação conjunta), a cogestão (gestão conjunta) e a corresponsabilidade (responsabilidade conjunta e solidária) do Estado, das organizações do mercado e da sociedade civil dos mais diversos segmentos sociais e dos cidadãos na oferta de bens e serviços.

O conteúdo acima citado, só reforça a importância da Governança como ponto de direção nas mais distintas situações, demonstrando a flexibilidade, poder de adequação e evolução desse conceito no sentido de buscar atender a questões sobre prevenir ou remediar desorganização e desorientação, dos mais diversos atores sociais. Com relação ao último, o de Governança Social, podemos relacioná-lo com a definição de Arranjos Produtivos Locais, por conta do caráter participativo na gestão, apesar é claro de que por haver outros tipos de governança, além dos colocados no texto, outros modelos de gestão também podem se estabelecer.

No que concerne a Arranjos Produtivos Locais, de acordo Sacomano e Paulillo (2012, p. 1133),

[...] a governança refere-se ao modo de coordenação, comando, intervenção e participação dos atores do arranjo [...] [logo] [...] se há algo novo na localidade que produz, ela brota de uma forma específica de governança, podendo envolver mais ou menos tecnologia, mais ou menos política pública e, certamente, uma nova organização (mais ou menos aberta, mais ou menos flexível, mais ou menos institucionalizada e mais ou menos política). Nesse sentido, o desenvolvimento de um APL depende fortemente dos atores e suas relações de poder.

Além disso, com base nos autores supracitadas, acrescenta-se que,

A extensão dos benefícios da aglomeração, além dos seus ganhos coletivos, depende da existência de formas de governança do sistema produtivo local que incentivem a manutenção de relações cooperativas entre os agentes, levando ao estabelecimento de ações conjuntas e ao incremento da inovação e da competitividade do conjunto dos produtos. (SACOMANO; PAULILLO, 2012, p. 1147).

Na organização de governança em um APL, algumas estratégias podem ser aplicadas para dinamizar a coordenação. Estas estratégias são construídas a partir de fatores como território, estudos sobre o processo de construção, qual tipo de APL seria gerado, ou ainda a viabilidade de interação entre os atores essenciais. Um proposta interessante nesse sentido é a Eficiência Coletiva. O conceito de Eficiência Coletiva neste universo, foi amadurecida partir de observações e estudos que se ligam a dois elementos específicos, que são Externalidade e Ação Conjunta, que serão respectivamente conhecidos e descritos a fim de alcançar o a compreensão dessa estratégia. As concepções acerca da Externalidade, nos diz que estas

[...] podem ser definidas como efeitos laterais de uma decisão sobre aqueles que não participaram dela. Geralmente, referem-se aos efeitos resultantes da produção ou do

consumo de bens ou serviços sobre terceiros, podendo ter natureza negativa, quando geram custos ou redução de bem-estar (poluição atmosférica, de recursos hídricos, etc.), ou natureza positiva, quando, involuntariamente, geram benefícios aos demais agentes (investimentos governamentais ou privados em infraestrutura e tecnologia, etc.). (SPEROTTO, 2003, p. 32).

Pontua-se que, Alfred Marshal foi pioneiro no estudo das externalidades, por acreditar que proximidade entre empresas, melhoravam produção e aumentavam ganhos.

Passando a diante, temos o fator Ação Conjunta, que associada a Externalidade, trabalha a parte de junção organizada e participativa dos atores essenciais nos Arranjos Produtivos Locais, pois “[...] seu desenvolvimento depende de ações deliberadas dos agentes envolvidos, que, além de firmas, incluem autoridades públicas e outras instituições que provém serviços de vários tipos, como treinamento de pessoal, assistência pessoal e mercadológica.” (ERBER, 2008, p. 5).

A partir deste pensamento temos clara a função da Ação Conjunta, que é promover, elaborar e executar e isto,

[...] requer esforços das partes envolvidas, os setores público e privado, as organizações de trabalhadores e de empregadores, as instituições de educação e formação profissional e a área acadêmica, para que seja possível diagnosticar as diferentes situações nacionais, regionais e locais que promovem iniciativas a favor de processos de modernização com equidade e consenso social [...]. (ERBER, 2008, p. 6).

Consoante ao que explicou Erber (2008), acrescenta-se que a Ação Conjunta se trata de uma ação coletiva, que viabiliza uma sinergia de trabalho entre esses componentes.

Amaral (2010) enfatizou a importância da colaboração e confiabilidade entre os gerentes na construção de arranjos bem-sucedidos. É fundamental manter essa relação motivada, pois pode levar à resolução conjunta de problemas e abrir caminho para a ampliação dos processos de aprendizagem. A esse respeito, os gerentes de um acordo devem estabelecer de forma independente um método de governança em vez de depender da assistência do governo.

A compreensão do significado desses fatores, nos leva finalmente a conhecer a definição de Eficiência Coletiva. De acordo com Erber (2008, p. 20) a eficiência coletiva do APL “[...] tem como foco o uso mais eficiente dos seus ativos e a governança principal se traduz em rotinas além do que a eficiência coletiva decorrente das economias externas e da ação conjunta constitui um ativo específico do APL capaz de gerar rendas diferenciais [...]”. Ou seja, esta é uma premissa baseada em movimentar os agentes corretos agindo duplamente (nas faces interna e externa) objetivando uma gestão bem clara e estratégica.

Trazendo para os Arranjos Produtivos Locais em Turismo, a Eficiência Coletiva, pode se encaixar de modo coerente nessa cadeia. Tomaremos como exemplo o caso de Portugal que vem investindo nessa tática há alguns anos, ao criar e desenvolver o Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, a fim de requalificar a imagem e identidade do turismo no país, com foco em roteiros regionais dentre estes estão o Aqunatur, centrado na tradição termal da região do Alto Tâmega, o Douro – Região Vinhateira, com destaque é para o cultivo de uvas e produção de vinho (enoturismo); o Inovarural, voltado para o cultivo de oliveiras e produção de azeite, o Minho in, com o turismo de natureza, o Montemuro, Arada e Gralheira, com o turismo de aventura e o Douro Verde com o patrimônio histórico e cultural.

Finalizando este capítulo tratando de gestão, recorreremos as palavras de Amaral Filho (2011, p. 193), que faz a seguinte observação:

Em primeiro lugar, não seria prudente colocar o desenvolvimento local em função de algum sistema produtivo “apenas” porque este se localiza no contexto territorial ou porque as estruturas deste estão contaminadas pelas atividades e efeitos multiplicadores do sistema produtivo. Uma vez constituído, o funcionamento do sistema produtivo tende a obedecer sua própria lógica, que nem sempre é convergente com a lógica do território. As variáveis que movem os interesses dos negócios e das empresas não são as mesmas que movem os interesses dos indivíduos e das famílias circunscritos no território [...] De um lado, é sempre importante ter em conta que todo sistema, inclusive produtivo, tem um ciclo de vida dividido entre nascimento, vida e morte. De outro, o território e a economia local, também têm seus ciclos de vida e podem chegar à morte, mas devem alimentar suas próprias lógicas de evolução procurando assim as bifurcações e a diversidade.

Um APL é muito importante para o desenvolvimento e para o reconhecimento do potencial inexplorado de localidades e para poder desenvolver significativamente a competitividade das empresas, principalmente naquelas áreas onde existe conhecimento tácito, imagem regional ou presença de PMEs. Sua força se baseia em grande parte na cooperação institucionalizada, no diálogo entre líderes e autoridades públicas e no planejamento para o futuro. Deste modo a atenção deve ser voltada principalmente a forma como um determinado arranjo produtivo vai ser concebida e com quais medidas e cuidados será conduzido.

2.5 Nível de Aplicabilidade: possibilidades dentro e fora Turismo

Os Arranjos Produtivos Locais têm em seu formato de produção e aglomeração de empresas, a finalidade de desenvolver um determinado produto, essa construção conjunta é voltada normalmente para um espaço específico onde, claramente, se encontro este produto.

As vantagens decorrentes da aglomeração de firmas especializadas são especialmente importantes para as micro, pequenas e médias empresas. O maior contato com os

fornecedores (informando as características exatas dos insumos e estimulando a negociação de preços), o intercâmbio com as instituições, como de pesquisa e universidades (incentivando as inovações) e o acesso mais facilitado às redes de informações (facilitando a elaboração e o cumprimento de contratos) são diferenciais difíceis de serem alcançados individualmente, contudo altamente estimulados pela proximidade. (SPEROTTO, 2003, p. 32).

Nesse sentido, é pertinente trazer o entendimento de Soares (2018, p. 9), o qual contribuiu para uma melhor compreensão do que são os “Arranjos Produtivos Locais (APLs)”, definindo-os como “[...] uma unidade de análise que permite entender a cadeia produtiva e as relações que se conformam em seu entorno, as formas de geração e transmissão de conhecimento, podendo aplicar-se a complexos produtivos em distintos espaços geográficos, mais ou menos estruturados.”

Nas explicações sobre o histórico do surgimento desse conceito, nota-se que esta foi uma estratégia de mercado criada para que houvesse uma organização e um alinhamento maior de produção e competitividade nos centros econômicos de nível local e regional. Um dos motivos para que isto acontecesse é que houve certo esgotamento no modelo de ganhos fordista nas grandes indústrias, forçando uma busca por alternativas, ação esta que recai sobre os mais diversos setores de uma sociedade.

Nessa esteira, dialoga-se com Costa (2010, p. 54), o qual explica que,

[...] a evolução do pensamento social não se dá de forma contínua e linear. Muitas vezes é fruto de interesses circunstanciais causados por eventos específicos, ou por questões que se impõem em determinados momentos históricos. Em função disso as teorias tornam-se, com o passar do tempo e dos acontecimentos, adequadas ou inadequadas para dar conta da explicação de determinadas questões.

Nos apoiando, também, em Amaral Filho (2011, p. 193), o autor explica que

[...] uma vez articulados, os elementos conjunto, atores, vínculos e localidade formam a imagem de um holograma, entendido aqui como um sistema localizado de produção, no qual o “arranjo produtivo” passa a ser seu regime de funcionamento. De acordo com este entendimento, a noção de “arranjo” não deve ser confundida com algum estado de precariedade ou estágio preliminar de um processo. O arranjo é o desenho, a arrumação, a ordem de um sistema, muitas vezes complexo, mas por natureza adaptativo [...].

Em diálogo com Amaral Filho (2011), logo se enxergou a oportunidade de investimento e desenvolvimento em locais menores como um caminho, uma saída para inovar no mercado através de serviços e produtos que muitas vezes já existiam e mostrava potencial, entretanto careciam de um aparelhamento para de fato se posicionarem em oferta e demanda.

A partir da decisão de se iniciar esses aglomerados, articulações entre as partes interessadas são feitas a fim de que tudo se concretize. Identificando como partes interessadas,

o poder público, a iniciativa privada e a comunidade local, é que começam as discussões a respeito de como se sucedera essa implantação de APL e que impactos eles podem causar nas determinadas localidades.

Para nível de esclarecimento, buscar conhecer localidades que já vivenciam esta realidade contribui bastante para a composição desta pesquisa. Existem APLs em diversas áreas de produção, como tecnologia, transporte, artesanato, alimentação, vestuário, bem como turismo, uma das temáticas centrais deste estudo.

Um dos primeiros conglomerados de empresas que inspiraram a formação do conceito de APLs é o do Vale do Silício, as informações trazidas sobre por Costa (2010, p. 60) nos mostram que

[...] o caso mais emblemático, estudado como sinônimo de modernidade, dinamismo econômico e solução industrial, é o da região situada entre Palo Alto e San Jose no estado da Califórnia (Costa Oeste dos Estados Unidos), que engloba 29 cidades no condado de Santa Clara e em parte dos condados de San Mateo, Alameda e Santa Cruz. Batizada de Vale do Silício, esta região tornou-se paradigma de referência em função da inovação introduzida na forma de relacionamento entre o meio acadêmico e o setor privado.

Sobre os impactos positivos, o autor continua suas colocações dizendo que

[...] o sucesso desta experiência pode ser medido nas transformações pelas quais passou esta região, alterando as suas características econômicas de uma região antes predominantemente agrícola para o maior polo de tecnologia do mundo, principalmente a partir da década de 1970 quando as empresas ali sediadas acabaram desenvolvendo as principais inovações nas áreas da microeletrônica e de telecomunicações que iriam impactar a economia mundial decisivamente nas décadas seguintes. (COSTA, 2010, p. 60).

Trazendo as exemplificações para o território nacional e simultaneamente aproximando-se mais da temática deste trabalho, temos o APL da Prainha do Canto Verde, pertencente a Reserva Extrativista Marinha, localizada em Beberibe (CE). A organização do local com foco num turismo comunitário se iniciou em meados dos anos 90 para os anos 2000.

O modelo implantado neste local foi todo voltado para trabalhar o turismo a partir da comunidade local, onde os nativos seriam responsáveis por oferecer e organizar todos os aparatos relacionados ao serviço.

A respeito dessa formação, Coriolano (2008, p. 87) nos fala que

[...] encontram-se arranjos produtivos reconhecidos como economias alternativas, informais, solidárias que dependem do nível de organização de pequenas comunidades, bairros ou grupos e são estratégias de sobrevivências que encontram, na atividade turística articulada com muitas outras, espaços para expansão.

Assim como nos outros APL's citados, nestes também encontramos diferentes pontos de vista. Sobre a caracterização do serviço, Coelho (2016, p. 123) pontua que,

[...] o turismo desenvolvido se relaciona com as vivências e experiências, não dispondo de grande infraestrutura de hospedagem e alimentação, oferecendo basicamente acomodação em pequenas pousadas casas de moradores com características de turismo comunitário organizado pelos empreendedores locais. Além disso, possui poucos restaurantes e o comércio é restrito aos gêneros de primeira necessidade.

Sobre como é entendida essa movimentação turística, enquanto muitos residentes consideram positivo o aumento do número de hospedagens, maior preocupação com o cumprimento das legislações ambientais, resgate de manifestações culturais locais, bem como melhoria do trabalho e renda, outros moradores que ainda vivem da pesca e não conseguiram se inserir no turismo acabam gerando conflitos. Eles têm a intenção de adentrar esse mercado com uma estratégia diferente, assemelhando-se a locais como Canoa Quebrada, indo de encontro à filosofia local. Nesse sentido, acrescenta-se que,

A reedificação do regional e do local trouxe consigo a percepção de que qualquer intervenção que almeje melhora qualitativa no modo de vida das pessoas deve partir do modelo endógeno de desenvolvimento, capaz de promover mudança estrutural e buscar eficiência na produção, uso racional dos recursos naturais e maior igualdade na distribuição de emprego e renda. (CORIOLANO, 2008, p. 74).

Fazendo um apanhado dos exemplos colocados, de um grandes aglomerado industrial até o modelo comunitário de turismo, o Arranjo Produtivo Local é um sistema que depende basicamente de organização, investimento, capacidade técnica e rede de relações. Entretanto o desenrolar da ação afeta diretamente o local onde acontece e as pessoas que são envolvidas, questões que vão além de objetivos financeiros, que tocam em heranças culturais e dinâmicas sociais.

2.6 Relações de cultura e mercado

Após a incursão teórica focada em descrever o histórico e os parâmetros formadores de um APL, assim como sua inserção em atividades como as de Turismo, torna-se necessário confrontar esse contexto técnico com a realidade em que ele pode vir a se fixar. Para dirigir a construção deste tópico, as ideias de autores pertencentes à área cultural como Terry Eagleton e Roque de Barros Laraia serão utilizadas como apoio. A escolha por utilizar cultura como fio condutor se justifica pelo fato desta ser o ponto de partida na vida de qualquer indivíduo ou

grupo social, bem como uma condicionante na tomada de diversas decisões, a exemplo das que se ligam a economia.

A proposta da inserção de um APL em um lugar, principalmente numa comunidade tradicional, como é o caso desta pesquisa, perpassa diretamente por questões culturais e tudo o que o conceito de cultura aglutina.

Como definição, Laraia (1986, p. 32) afirma que cultura

[...] são sistemas (de padrões de comportamento, socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante.

Juntamente a esse conceito, temos o de Eagleton (2005, p. 52) apontando que “[...] a cultura pode ser resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem a forma de vida de um grupo específico [...]”.

Partindo desses pressupostos, a cultura pode ser traduzida de forma óbvia como o suporte que abarca e forma toda percepção de mundo. O que nos leva a questionar quais impactos em níveis culturais, um arranjo produtivo pode causar em um espaço.

Antes de tudo, vale lembrar que por tratar-se de uma proposta de desenvolvimento acima de tudo econômico, um arranjo produtivo, como já foi apontado anteriormente, atende as finalidades do capitalismo.

Colocando capitalismo e cultura no mesmo certame, podemos citar a fala de Melo (2020, p. 1133), o qual entende que,

[...] a sociedade moderna, como todas as demais, também depende de crenças costumeiras, religiosas, místicas e espirituais para a sua legitimação. Nossa sociedade não é baseada somente no cálculo utilitarista, nas diversas formas de racionalidade ou nos interesses econômicos. O comportamento humano na modernidade capitalista é também um comportamento cultural.

Dada essa afirmação, reiteramos o pensamento de que é da cultura que são originados as outras construções sociais, logo o capitalismo também vai se valer de como culturalmente um determinado povo se organiza e entende produção e consumo.

Ainda fazendo uso das colocações de Laraia (1986, p. 67), o autor ao se basear nos conceitos desenvolvidos pela antropóloga Ruth Benedict, afirma que

[...] a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Por exemplo, a floresta amazônica não passa para o antropólogo, desprovido de um razoável conhecimento de botânica, de um amontoado confuso de árvores e arbustos, dos mais diversos tamanhos e com uma imensa variedade de tonalidades

verdes. A visão que um índio Tupi tem deste mesmo cenário é totalmente diversa cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial.

Trazendo para o contexto deste estudo, a cultura nas suas mais diversas aplicações, seja no trato do capital até a forma de enxergar o outro, precisa dentro do viés do APL em comunidade tradicional, ser um alicerce para o fortalecimento desse tipo de organização, tanto no sentido do reconhecimento da importância da dinâmica do local como na forma que as diretrizes de produção e consumo serão inseridas.

Na pesquisa desenvolvida na Ilha de Lençóis mais precisamente, a intenção da organização com os Arranjos Produtivos Locais é realizada com o devido cuidado para que o resultado seja um fomento ainda maior a atividade já desenvolvida no local, que é de Turismo.

3 COMUNIDADES TRADICIONAIS: entre a manutenção da cultura e o desenvolvimento local

As comunidades tradicionais são espaços que possuem diferenciadas condições de vida e relações entre os que a habitam e com o espaço onde se localiza, sendo ainda detentoras de uma enorme importância em aspectos como preservação do meio ambiente natural, da cultura e da história.

Este terceiro capítulo discorrerá sobre as Comunidades Tradicionais, abordando as possibilidades de desenvolvimento local por intermédio do Turismo ligando-se a arranjos produtivos, considerando aspectos de territorialidade e dinâmica do espaço.

3.1 Abordagem conceitual

A elaboração do conceito de comunidade tradicional, muitas vezes ligado a ideia de primitivo, parte de algumas percepções construídas num modo mais simplificado e superficial de observação desses povos. Laraia (1986, p. 76) comenta que “[...] o fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura, tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural [...]”.

A lente usada para enxergar povos tradicionais até alcançar um conceito formal, se encaixou em concepções de distanciamento, estranheza e exotização. Pode-se visualizar este fato por meio das palavras de Brandão (2010, p. 78), quando aponta em quais características indicavam que certa comunidade ou povo se classificaria como tradicional:

- a) São herdeiras de povoadores ancestrais, distantes da atual geração o bastante para que seus nomes, suas datas e seus feitos estejam totalmente apagados de registros históricos e/ou sejam revividos na memória como uma saga fundadora ou um pequeno repertório de mitos;
- b) São herdeiras de povoadores ancestrais reconhecidos, de tal maneira que os dados de origem da geração fundadora estão estabelecidos como registro (não raro documentos pessoais ou cartoriais de fundação de um lugar ou doação de terras) e cuja linha de sucessão de modo geral pode ser traçada até a presente geração;
- c) A geração atual é ou se reconhece, desde um tempo passado, mas ainda presente na vida dos mais velhos ou na memória ativa de seus filhos, como fundadora original do lugar em que vive e da comunidade que constitui;
- d) Uma leva de povoadores chega a um lugar e estabelece ali, em termos de uma atualidade presente, uma comunidade com características culturais e identitárias que a aproximam de comunidades tradicionais mais antigas ou mesmo ancestrais. Muda-se, neste caso, um lugar atual de vida, mas não um modo antecedente de vida.

A definição de comunidades tradicionais começou a ganhar contorno e formalidade após a temática ser incluída como pauta na Constituição de 1988. Nessa época passa-se a

conhecer uma caracterização mais específica e completa a esse respeito. Comunidades como as de quilombo, pescadores, indígenas, ribeirinhas dentre outras, são então consideradas tradicionais ao se encaixarem nas seguintes características elencadas por Diegues (2000):

a) por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;

b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;

c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;

f) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;

i) pela autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Nesse ponto, é importante mencionar o conceito de comunidades tradicionais encontrado no Decreto nº 6.040, de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1).

Tal conceito permite compreender que comunidade tradicional se refere a um grupo humano que possui uma relação histórica e cultural com determinado território, tendo nele desenvolvido suas tradições, costumes e modo de vida, que costumam ter características específicas, como sua organização social e política, suas crenças e práticas religiosas, sua

relação com a natureza e o meio ambiente, sua economia baseada na agricultura, pesca ou outras atividades típicas da região, entre outras.

Complementando esse aspecto, afirma-se que muitas vezes, essas comunidades enfrentam riscos, como a destruição de seus ecossistemas, a exploração de seus recursos naturais, a invasão de terras e a perda de suas tradições e práticas culturais, e por isso, a proteção das comunidades tradicionais é considerada importante e faz parte das políticas públicas do Brasil.

Somando a isto, sobre as comunidades tradicionais no “Brasil tal expressão está associada às comunidades que desenvolvem modos de produção em que o trabalho não é visto como mera mercadoria e a dependência do mercado existe, mas não é total [...]” (SILVA, 2019, p. 1). Ou seja, comunidades desenvolvem formas particulares de manejo dos “[...] recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social bem como percepções e representações em relação ao mundo natural e cultural marcadas pela ideia harmônica de associação com a natureza e seus ciclos [...]” (SILVA, 2019, p. 1).

Corroborando para o entendimento dessa categoria, Brandão (2010) acrescenta outras características para o que se compreende por comunidade tradicional, são elas:

a) A transformação da natureza: mais do que o existir em um território achado, doado, conquistado, apropriado e tido como um lugar natural e social legítimo de existência de uma comunidade de ocupação, o que qualifica uma comunidade tradicional é o fato de que ela se tomou legítima através de um trabalho coletivo de socialização da natureza;

b) A autonomia: é preciso que uma pequena comunidade quilombola ou extrativista esteja muito isolada "do resto do mundo", para que não se reconheça relacionada e interdependente: de outras comunidades com iguais características, de outras comunidades maiores e com as cidades próximas e até mesmo mais distantes.

c) A autoctonia: descender e/ou saber-se e sentir-se descendente de uma geração ou de uma linhagem de uma pessoa, de algumas pessoas, de uma família original ou de um pequeno grupo de parentes ou parceiros fundadores.

d) A memória de lutas passadas de resistência: são poucos os casos de comunidades tradicionais populares em que a memória dos fatos e feitos, das histórias e estórias da fundação do lugar e de sua continuidade não esteja associada a situações de luta e de conquista, de confronto, expropriação e de resistência.

Tais características mostram que as comunidades tradicionais têm papel “[...] determinante na construção de um padrão de desenvolvimento que atenda suas necessidades e

colabore na manutenção do meio onde estão inseridas, reforçando sua ligação com o território e com as paisagens culturais que compõem o meio ambiente [...]” (SILVA, 2019, p. 2-3).

Além disso, devem proporcionar a busca por atividades alternativas, que visem a “[...] preservação cultural e ambiental das áreas onde vivem essas comunidades para que promovam o seu desenvolvimento em escala humana, uma vez que é um desafio contínuo para esses grupos [...]” (SILVA, 2019, p. 2-3).

É exigido cuidado e profundidade no trabalho de caracterizar e assimilar o que são comunidades tradicionais, bem como reconhecer que houve avanço na criação dessa ideia, se desligando de adjetivos como primitivo e arcaico, principalmente, no que se refere ao reconhecimento da importância da manutenção da identidade.

No tocante a manutenção de uma identidade, menciona-se que:

Para as populações tradicionais que buscam a manutenção de seus códigos culturais e sociais, seu modo de pensar e de viver, ou seja, a manutenção de suas expressões culturais traduzidas na construção coletiva de experiências vividas é importante valorizar os elementos singulares e intangíveis que identificam as energias sócio culturais que podem constituir-se fatores fundamentais para o desenvolvimento. Nesse contexto a cultura torna-se fator essencial no processo de construção de experiências e vivências voltadas para o desenvolvimento local (SILVA, 2019, p. 3).

Mediante esse apontamento, revisitamos neste capítulo o tema cultura, ainda com sua essência alocada nas distinções observadas entre grupos sociais mais agora com o seu papel voltado para como esses grupos agem e produzem relações internamente, nesse caso as comunidades tradicionais. Utiliza-se neste ponto duas dimensões da cultura, que são a antropológica e sociológica. Na dimensão antropológica, a cultura possui a seguinte atribuição:

Produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” [...]. (BOTELHO, 2001, p. 74).

Em outros termos, por meio desse conceito nota-se que a cultura é definida como o conjunto de valores, crenças, costumes, tradições, arte, conhecimento e práticas que são compartilhados por um determinado grupo social, no qual esses elementos culturais são transmitidos de geração em geração e moldam a forma como as pessoas desse grupo se comportam, pensam e se relacionam entre si e com o mundo ao seu redor.

Nesse sentido, se percebe que a cultura não é algo fixo e imutável, mas sim dinâmico e suscetível a transformações ao longo do tempo e diante das mudanças sociais e

históricas, ou seja, a cultura funciona como um mecanismo de adaptação dos seres humanos ao ambiente em que vivem.

A dimensão antropológica mostra que a cultura é um aspecto fundamental da vida humana e tem influência direta sobre diversos aspectos da sociedade, como a organização social, as relações de poder, a economia, a política, a religião e a identidade individual e coletiva.

Para complementar, tal entendimento, busca-se também a compreensão do conceito de cultura no seu aspecto sociológico. Sendo assim, tem-se que:

Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los [...] (BOTELHO, 2001, p. 74).

Dessa maneira, afirma-se que se trata de um circuito organizacional que “[...] estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura. Neste caso, há um circuito que, por ser socialmente organizado, é mais visível e palpável.” (BOTELHO, 2001, p. 74). Em outros termos, avulta-se que

Ao contrário da cultura na dimensão antropológica, aqui é mais “fácil” planejar uma interferência e buscar resultados relativamente previsíveis. Trata-se de expressão artística em sentido estrito. É nesse espaço que se inscreve tanto a produção de caráter profissional quanto a prática amadorística. É aqui também que existe todo o aparato que visa propiciar o acesso às diversas linguagens, mesmo como prática descompromissada, mas que colabora para a formação de um público consumidor de bens culturais [...]. (BOTELHO, 2001, p. 74).

A cultura, na sua dimensão sociológica, envolve as formas de vida, valores, crenças, tradições e costumes de uma determinada sociedade ou grupo social. Nessa dimensão, percebe-se que a cultura é construída socialmente, ou seja, é fruto da interação entre os indivíduos que compõem a sociedade.

Acredita-se que a cultura molda seres humanos diferenciados, frutos das experiências que vivem ao longo de sua existência, e como resultados dessas experiências que faz cada homem único, é que a cultura estabelece vínculos entre os homens e determina sua base de construção coletiva, os identificando como membro de um grupo, uma etnia (SILVA, 2019).

Nesse sentido, a cultura é uma arena de disputa e negociação, em que diferentes grupos têm suas próprias visões e formas de vivenciá-la, em outras palavras, é um elemento

central para a construção da identidade social, uma vez que ela confere sentido e significado às práticas e às relações sociais.

3.2 Territorialidades e dinâmica socioespacial em comunidades tradicionais

Um componente formador da configuração de uma comunidade tradicional é o território. Na hora que se pensa nesse conteúdo é comum que venha a nossa mente, logo de imediato, uma ideia simples de lugar vendo o território com uma perspectiva somente geográfica, contudo o significado ultrapassa esse limite. Sobre isso, Souza (1995, p. 59) diz que

O território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território [...].

Outra concepção que acrescenta a essa construção do pensamento a respeito de território é fornecida por Dantas e Morais (2008, p. 6), quando afirmam que “[...] território diz respeito a um duplo sentido: à terra, o território como materialidade, e aos sentimentos que o território inspira, por exemplo, medo (para quem é dele excluído) e satisfação (para quem dele usufrui ou com ele se identifica).” O termo território incide nas mais diferentes interpretações e significados a partir da subjetividade de quem o enxerga.

Além desses conceitos, é importante mencionar que o entendimento de território só tem sentido quando podemos compreendê-lo de forma dinâmica, nas faces e interfaces com a cultura, pois se assim não o fizermos, estamos reduzindo-o a mera divisão geográfica. Entendemos a cultura como um processo organizativo sócio-histórico, que diz respeito às ações e ao modo como os homens se organizam para construir suas vidas segundo (SANTOS, 2007).

Assim, a cultura ganha destaque como sinônimo de civilização, manifestada pela “[...] formação e educação nos modos de organização da vida. É construída pelos homens como sujeitos dotados de liberdade e razão (consciência), que estabelecem princípios, valores e fins para a condução de suas vidas civis [...]” (DINIZ, 2011, p. 3).

A partir desses aspectos, percebe-se que o conceito de território também está relacionado ao espaço geográfico delimitado por um conjunto de limites, onde existe um grupo humano que compartilha laços sociais e culturais comuns, e este espaço territorial é onde se estabelecem as relações sociais, econômicas e políticas que definem o modo de vida de uma determinada comunidade.

Nesse âmbito mais uma vez a cultura se faz presente. Compreende-se que território e cultura têm uma relação intrínseca, uma vez que a cultura é construída e vivida em um determinado espaço territorial, por meio da forma como as pessoas se relacionam com o ambiente, como utilizam os recursos naturais, como se organizam socialmente, tudo isso é influenciado e moldado pelas características culturais de cada grupo humano.

Unindo-se a ideia de território outro conceito complementar é o de espaço. Nessa esfera, com a intenção de fornecer maior esclarecimento possível, empregaremos as reflexões construídas pelo geógrafo Milton Santos.

Em sua obra, *Por uma geografia nova*, Santos (1978, p. 171) afirma que

[...] o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total [...].

Adicionamos a esta discussão outra passagem do autor, oriunda da obra *A natureza do espaço*, na qual ele explica que

[...] a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. [...] Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. (SANTOS, 1996, p. 69).

Diante disso, pontua-se que as conceituações acerca de território e espaço nos conduzem ao entendimento do sentido que um lugar chega a possuir a partir das relações sociais acontecidas nele, o que vai configurar importância a uma paisagem ou a um objeto é a sua história construída. Daí vem as diferentes perspectivas dadas a um mesmo lugar, a visão de um residente de uma comunidade tradicional sobre que está em seu redor e como fazer uso disto vai ser obviamente distinta de um olhar de um indivíduo forasteiro.

Seguindo as compreensões que dão sentido a localidade após conhecer os conceitos de território e espaço, estabelecemos alicerce para tratar de outro importante componente, a territorialidade. Dantas e Moraes (2008, p. 32) identificam “[...] que esta é inerente à condição humana. Além da concepção genérica, na qual é vista como a simples ‘qualidade de ser território’, é muitas vezes entendida no âmbito da dimensão simbólica do território [...]”.

Nesse sentido, pensar territorialidade é ponderar acerca de um ambiente com valor para quem dele se apropria, ocupa ou aproveita de alguma forma. É compreender sobre sua importância e representação a um certo grupo de pessoas, ou seja “[...] circunscreve-se sempre

a um espaço específico, estabelecendo-se a partir da mobilização e da defesa de certos interesses por esse mesmo grupo que os fazem valer em seu território [...]” (FIGUEIREDO, 2009, p. 15), ou seja, é a defesa de um espaço físico que é considerado como um domínio exclusivo e essencial para um indivíduo ou grupo de indivíduos, considerando-se então a representatividade que estes espaços proporcionam aos indivíduos no geral.

Nesse ponto, faz-se necessário afirmar a territorialidade como um direito das comunidades tradicionais de usar e ocupar um determinado território de forma sustentável e de acordo com suas tradições culturais, uma vez que são grupos que tem uma forte ligação com o território em que vivem, principalmente, por meio de suas práticas e conhecimentos ancestrais.

Sendo assim, ao saber que as comunidades tradicionais fazem parte do grupo que tem a territorialidade como um elemento fundamental de sua identidade e modo de vida, justamente, por terem forte vínculo com o meio ambiente e seus recursos naturais, que são usados de acordo com suas práticas tradicionais e sustentáveis, a demarcação e a proteção de territórios tradicionais se tornam, portanto, uma questão fundamental para a garantia da continuidade dessas comunidades.

Desse modo, afirma-se que a preservação de seus territórios é necessária não apenas para a manutenção da cultura e tradições dessas comunidades, mas também para a conservação da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio ecológico, e de práticas sustentáveis, por exemplo.

O caminho traçado até o presente momento neste conteúdo é para que consigamos aglutinar os conceitos de território, espaço e territorialidade afim de fazer conexão com outro tópico que soma e ao mesmo tempo sintetiza esse conjunto de conhecimentos, que é a dinâmica socioespacial, nas comunidades tradicionais.

No que se refere dinâmica socioespacial, essa categoria é a responsável por retratar como se deu a ocupação humana no espaço geográfico (CLAUSSEN, 2013, p. 37).

A dinâmica socioespacial vem referir-se à interação entre as dimensões sociais e espaciais dentro de uma determinada área geográfica, e que através dessa interação, essa dinâmica afeta e é afetada pelas atividades humanas, desenvolvimentos tecnológicos, a distribuição de recursos e a estrutura social na área.

O funcionamento da dinâmica socioespacial serve como uma ferramenta para entender a maneira como a sociedade molda e é moldada pelo ambiente e recursos naturais disponíveis, refletindo sobre como uma população se adapta e transforma o que está em seu entorno. Além disso, a dinâmica socioespacial descreve os processos de mudança social,

econômica e ambiental que ocorrem em determinadas áreas geográficas, influenciando e transformando tanto a paisagem física quanto a social.

Complementando esse conceito, percebe-se que o termo socioespacial nos remete ao espaço e a quem o ocupa e como a movimentação desses ocupantes ocorre. Movimentação essa que pode ser atravessada por transformações econômicas, sociais, políticas, bem como conflitos de terra, interesse em especulação imobiliária, interesse como produto turístico, entre outros.

As formas de uso de um lugar e como elas contribuem na vivência dos seus ocupantes é o que traduz essa dinâmica. Se alocarmos num ambiente de comunidade tradicional, a pesca artesanal, a produção de farinha, a realização de uma festa religiosa, são exemplos de atividades que compõem e dão sentido à vida de um determinado grupo, ou seja, fazem parte da sua dinâmica socioespacial.

Enfim, quando ligamos o social e o espacial estamos focando no que é ocupado e no que é vivido, por isso, a dinâmica socioespacial pode ser um sintetizador de dos diversos conceitos tratados no decorrer da sessão, sendo visto então como um pilar na constituição das comunidades tradicionais, uma vez que os aspectos relativos onde vivem e o modo como vivem é o que coloca um local nessa classificação.

3.3 Comunidades Tradicionais e Turismo

Na medida em que foi reconhecida, principalmente no âmbito socioeconômico, a importância de se investir no regional/local, espaços como os de comunidades tradicionais viraram alvo de atenção e negócio.

No campo do desenvolvimento econômico a Organização Mundial do Trabalho (OMT) garante que o turismo pode estimular a expansão de outras atividades econômicas, tais como a agricultura, a pesca, manufatura e produção de artesanato. A entidade também estimula o desenvolvimento de instalações comerciais e culturais novas e melhoradas, que podem ser utilizadas tanto por residentes quanto por turistas.

O mercado turístico, não diferente de outros mercados, costuma-se ver que as tendências de interesse acompanham as transformações pelas quais as sociedades passam. Essas mudanças é que vão redirecionar a vontade de um turista que outrora viaja para um destino mais famoso e massificado, a buscar locais diferenciados ou pouco conhecidos.

Sobre isso, Boulhosa e Vasconcelos (2019, p. 4) colocam que

[...] em se tratando especificamente de turismo, considerando o cenário da sociedade atual, se constata também uma mudança no interesse e modo de viagens turísticas. Através do processo de globalização, regiões até então ignoradas pela atividade, passam a destacar-se, sendo mais procuradas por turistas, já cansados de lugares concorridos e badalados. Na atualidade os turistas estão em busca de novas experiências e alternativas de viagens.

Conhecer e absorver novas culturas continua sendo o grande motivador dos viajantes. O que vem se modificando é onde essa cultura vai ser consumida. A curiosidade despertada pelas comunidades tradicionais, atribui-se a sua configuração simples frente a outros destinos. O modelo de vida diferente do comumente encontrado fora destes locais, faz com que o turista entenda como uma experiência interessante imergir num dia a dia que para os residentes não é nada além a normalidade.

Nesse cenário entra o Desenvolvimento Local, o qual consiste em um processo de muita intensidade e conhecimento e um grande capital social. Juntamente com o apoio das instituições e organizações para estimular o desenvolvimento das localidades nas quais estão inseridas. Assim, tem-se a importância do arranjo produtivo no contexto local, ao ser protagonista através de meios para promover resultados para os seus problemas e adquirir a capacidade de transformar suas localidades.

O turismo de base local deve ser realizado para atender as necessidades da comunidade em busca do seu desenvolvimento, não focando apenas em realidade que nem sempre é, já que muitas vezes nos deparamos com exploração do território em busca de capital. O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares onde todos participam, construindo uma mudança sociocultural, onde a comunidade tem voz e vez dentro do planejamento para aproveitar ao máximo o potencial da sua localidade contribuindo dentro da sua limitação com empreendedorismo e inovação zelando sempre pelo benefício da coletividade.

A gestão local deve desenvolver programas em que possa utilizar os recursos econômicos, humanos e culturais, através de um sistema que gere rendimentos criando riquezas e melhoria da população. Coriolano (2002, p. 64) complementa esse raciocínio ao afirmar que:

[...] O desenvolvimento local é o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora, de baixo para cima, é o desenvolvimento social, o desenvolvimento do homem, das condições humanas, são as buscas de alternativas para criar novos cenários, priorizar outros atores sociais, como trabalhadores, as mulheres, os jovens, os vizinhos, os residentes, os excluídos, os nativos, as comunidades.

Nessa forma, o desenvolvimento local deve se valer de ações que dão prioridades ao morador local, na melhoria de sua qualidade de vida e da comunidade local. Nessa perspectiva, a atividade turística dentro de uma localidade apresenta como uma atividade

econômica despertando interesse para o setor de serviços no oferecimento de empregos e na geração de renda.

O turismo com base no desenvolvimento local, no caso do Brasil, de acordo com Benevides (1996, p. 28), apresenta-se:

De forma mais democrática com sensível busca pela manutenção das identidades culturais dos lugares e uma tendência menos agressiva ao uso do patrimônio ambiental. Essa questão favorece os municípios com baixa capacidade de investimento econômico nos segmentos turísticos, mas com pequenas ações voltadas para as características locais como as feiras de artesanatos e as festas populares, objetivando atrair turistas seduzidos por estes atrativos.

Benevides (1996) dá ênfase na atividade turística dentro da comunidade, através de ações em benefício dela fazendo com que o morador valorize o ambiente em que vive como e o enxergue como atrativo. Antes de pensar em desenvolvimento local utilizando o turismo como atividade, deve-se sempre criar projetos que visem respeitar a cultura local, estabelecendo laços de confiança com a comunidade. A gestão local deve sempre conservar os aspectos naturais, culturais e a identidade do lugar garantindo a sustentabilidade do projeto.

Conforme Martins (2002, p. 51), a consideração do desenvolvimento local implica em “[...] atribuir-lhe uma dimensão mais humanizada”, a partir da premissa de que as pessoas nas comunidades locais devem ser "participantes ativas, não apenas beneficiárias do desenvolvimento [...]”. Consoante ao pontuado por esse autor, tal abordagem representa o diferencial fundamental no contexto do desenvolvimento local. Assim, torna-se indispensável uma mudança de mentalidade, que questione inclusive conceitos teóricos e convicções arraigadas, constituindo um dos principais desafios do processo. Tal mudança requer uma visão de mundo consideravelmente distinta daquela tradicionalmente adotada.

Trabalhar estas comunidades no formato de Arranjos Produtivos Locais em Turismo é uma ação de desenvolvimento local com intuito de promover um aproveitamento organizado e equilibrado a nível interno. Sendo da comunidade para a comunidade. Citando Boulhosa e Vasconcelos (2019, p. 3), estes nos apontam que:

Os fatores de ordem natural e cultural, ou seja, os atrativos turísticos motivadores de viagens, estão no local, sob o uso e conservação das comunidades receptoras. Tais elementos naturais e/ou culturais que, para os visitantes e turistas, configuram-se atrativos, para tais comunidades são, na verdade, seus espaços de vida e de reprodução cultural e identitária. Essas comunidades, através de seus saberes e fazeres, na realidade, seriam as mais habilitadas a promoverem um turismo cuja base de desenvolvimento estaria nas necessidades, demandas e aspirações das mesmas, corroborando, assim, para a promoção de seu desenvolvimento endógeno [...].

Num contexto propriamente econômico, o trabalho de âmbito local tem como intuito funcionar num modo igualitário e participativo para as comunidades, ao mesmo tempo

em que cria uma fonte de lucro no mercado. Sobre isto, Coriolano (2008, p. 74) nos afirma que “[...] foi justamente a necessidade de pensar formas de inserção produtiva, em lugares com grandes diferenças sociais, num mundo globalizado, economicamente excludente e socialmente perverso, que retomamos a escala regional e local [...]”.

Como já fora mencionado no texto, o modelo de vida levado pelos residentes das comunidades, atrelados a seus símbolos culturais é o que se converte em produto turístico. Nesse meio temos fazeres e saberes, incluindo atividades de trabalho, atividades domésticas, artesanato, manifestações culturais, culinária, lendas, entre outras representações.

A implantação adequada do turismo comunitário deve pressupor o envolvimento da comunidade receptora em seu planejamento durante todas as etapas. Oferecendo-lhes a possibilidade de decisão no que tange ao nível de desenvolvimento que desejam. É imprescindível que a presença do trade turístico, poder público e das instituições de ensino, seja no sentido de auxiliar a atingir os objetivos propostos.

Dentro das categorias do turismo, o Turismo de Base Comunitária possui uma filosofia que se adequa como alternativa para aplicação do modelo de Arranjo Produtivo Local, numa linha onde se pode ter uma maior organização do planejamento turístico, aumento da capacidade de organização social e política favorecendo assim o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Nesse sentido, Grimm e Sampaio (2011, p. 58) explicam que,

Na perspectiva de uma nova demanda, e na oportunidade de inclusão na atividade turística de comunidades distanciadas do contexto da economia globalizada, surge uma nova modalidade turística capaz de oferecer as mais variadas oportunidades de inserção e opção de vivências aos turistas: o turismo de base comunitária. O Turismo Comunitário não é apenas uma atividade produtiva, procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação/informação com agentes externos, entre eles e os visitantes.

Para fins de definição, o Ministério do Turismo afirma que Turismo de Base Comunitária é um modelo de desenvolvimento turístico “[...] orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação, por parte dessas, dos benefícios advindos da atividade turística [...]” (BRASIL, 2008, p. 1).

Como características o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), através do documento *Turismo de Base Comunitária: princípios e diretrizes* (BRASIL, 2018, p. 11) orienta a articulação de Turismo de Base Comunitária a partir dos seguintes princípios:

1. Conservação da sociobiodiversidade: A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de TBC.
2. Valorização da história e da cultura: O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva
3. Protagonismo comunitário: O TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
4. Equidade social: A partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
5. Bem comum: A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
6. Transparência: As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.
7. Partilha cultural: O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, sempre que essas oportunidades forem de interesse da comunidade.
8. Atividade complementar: O TBC deve buscar ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.
9. Educação: O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural e histórico-cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras.
10. Dinamismo cultural: Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitante.
11. Continuidade: O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado.

A abordagem local e comunitária inserida na modelagem de Arranjo Produtivo em Turismo cria em uma comunidade tradicional uma expectativa de desenvolvimento local positivo, por conta de principalmente trazer como emblema a gestão participativa a contar dos nativos do local.

Operar com as comunidades tradicionais pode trazer benefícios, uma vez que as unidades de conservação tendem a aproximar o homem com o meio natural. A população passa a compreender a importância de se manter e preservar a área natural em que vive. Assim, o desenvolvimento deve ser alcançado através do reforço e identificação das estruturas internas, valorizando o potencial endógeno da área de forma a criar condições sociais e econômicas favoráveis à população local.

Avulta-se, assim, que esse deve ser um processo que inclua os participantes do território, valorizando suas potencialidades, garantindo a igualdade de oportunidades e buscando a qualidade de vida por meio da sustentabilidade. Nesse sentido, o desenvolvimento

nacional parte do reconhecimento da diversidade cultural e critica o modelo de desenvolvimento hegemônico. Qualquer ideia de desenvolvimento nacional deve assentar no conceito de autonomia cultural e no reconhecimento da necessidade de interação entre a nação e os mercados regionais, nacionais e internacionais (LITTLE, 2002).

A oportunidade de operar numa atividade como o Turismo, pode representar não somente uma alternativa de renda mais também um canal de propagação e valorização da cultura para fora dos limites da comunidade.

Assim como o Turismo de Base Comunitária, existe outra categoria que também pode aproveitar os espaços de comunidades tradicionais para acontecer, o Turismo Étnico ou Etnoturismo, que segundo o Ministério do Turismo “[...] envolve comunidades que representam os processos migratórios europeus, asiáticos e africanos, além de valorizar os espaços e a cultura das comunidades indígenas e quilombolas [...]” (BRASIL, 2008, p. 1).

Loureiro (2009) identificou cinco pilares que deveriam ser aplicados no modelo de desenvolvimento, confirmando a ideia de desenvolvimento étnico: manutenção da identidade nacional e da diversidade cultural para a construção de uma sociedade rica e multicultural; Conhecimento secular, aliado ao conhecimento científico, criar novas formas de vida ao invés de impô-las; tornar a natureza uma aliada, respeitá-la e protegê-la para a segurança ambiental das gerações futuras; usar e preservar a biodiversidade; desenvolver a ciência para atender às necessidades regionais.

Qualquer política voltada para o desenvolvimento das comunidades tradicionais precisa ter como foco a identidade e a cultura, promovendo a inclusão social e a cidadania. Além disso, cada comunidade tradicional tem suas características e potencialidades próprias, por isso as políticas não podem ter fórmulas prontas (OLIVEIRA, 2013).

A construção da identidade deve ser também uma parte importante do processo de desenvolvimento local, “[...] essencial para fortalecer o contexto comunitário, permitindo-lhe escolher a melhor solução para o processo de desenvolvimento local [...]” (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002, p. 41).

Nos últimos anos, o desenvolvimento da globalização proporcionou muitas pesquisas que têm se concentrado na eficiência de aglomerações produtivas organizadas de forma determinado espaço geográfico. O arranjo produtivo do turismo compreende os atrativos turísticos, o trade turístico, incluindo as atividades desenvolvidas por empresas pertencentes aos seguintes setores: hospedagem, serviços de alimentação, hotelaria e turismo turístico, comércio e serviços de apoio e comércio e serviços turísticos. comércio e serviço de suporte, bem como o comércio e serviços turísticos.

4 ARTICULAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA ILHA DE LENÇÓIS: mapeamento e perspectivas

Nesta seção trataremos sobre o objeto de estudo, A Ilha de Lençóis. Esta localidade pertence geograficamente ao município de Cururupu, no Maranhão. Outro importante dado, é que Lençóis é uma área protegida por legislações ambientais brasileiras.

Dentro de determinados parâmetros legais o turismo é uma possibilidade em comunidades tradicionais, este capítulo discutirá então essas articulações baseadas no conceito de Arranjos Produtivos Locais.

4.1 Meio Ambiente e Unidades de Conservação

Em nível de contextualização, é pertinente que antes de partirmos diretamente para a caracterização da Ilha de Lençóis, tratemos de conhecer e entender o arcabouço ao qual este lugar pertence. Partindo de uma ideia macro para as especificidades da pesquisa, o diálogo partirá do assunto Meio Ambiente.

Nesse sentido, o meio ambiente pode ser entendido de diversas formas,

[...] para a biologia, é necessário inicialmente realizar a diferenciação entre "meio" e "ambiente": a palavra "meio" tem uma conotação mais de substância que de entorno, quer dizer, fala-se de "meio aquático", por exemplo, como o estado líquido no qual reside um determinado ser enquanto que ao se referir ao "ambiente aquático" busca-se definir a função do ser aquático, ou seja, o ambiente é mutável e dinâmico em função da própria atividade vital que nele se desenvolve [...]. (SILVA, 2006, p. 170).

Oficialmente, o termo Meio Ambiente, com base na Política Nacional do Meio ambiente (PNMA), é denominado pela Lei 6.938/81 em seu artigo 3º, como: “[...] conjunto de bens, influências e interações de ordem físicas, químicas e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas [...]” (BRASIL, 1981, p. 1).

O fornecimento do sentido dado meio ambiente se origina em quem o ocupa e qual uso é feito do mesmo. Nesse mote estão combinadas a cultura, a história, as experiências, a paisagem e os componentes dessa paisagem.

De acordo a Constituição Federal em 1988, em seu capítulo VI, Art. 225 “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988, p. 1).

Notavelmente na medida em que avanços sociais, políticos e econômicos vão acontecendo, o meio em que vivemos em acompanhamento vai se modificando. A forma como isto acontece é o que vai determinar como o ambiente permanece e sobrevive.

A Constituição Federal indica o direito de se vivenciar um ambiente ecologicamente equilibrado mais ao mesmo chama para a sociedade a responsabilidade de garantir esse equilíbrio. Entramos aqui nos pontos de conservação versus degradação. Como já fora clarificado ao longo do tópico, as decisões tomadas sobre o meio ambiente é que são as responsáveis pelo estado que em que este se encontra e para qual condição irá.

Tomemos a economia como a principal causadora de mudanças nos lugares, sejam eles urbanos ou rurais. Dela são desencadeadas questões de consumo excessivo de bens e serviços, exploração de espaços naturais, conflitos sociais, entre outras problemáticas, que resultam em degradação ambiental. Fazendo frente a esse cenário, está a preocupação de parte da sociedade em conservar e preservar, principalmente a biodiversidade.

O mecanismo mais difundido de combate aos riscos de degradação a que se pode recorrer é a Sustentabilidade. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, define Sustentabilidade como uma forma de desenvolvimento onde o uso do meio pela geração atual é em função de suas necessidades, sem prejudicar ou causar interferências para as gerações futuras. Possui em sua conjuntura, as dimensões de sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural, conforme consta no Relatório Brundtland (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1987).

A missão Sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável (termo que serve de sinônimo) consiste na tentativa de “[...] reestabelecer a unidade entre o homem e natureza, e por meio desta relação poderemos buscar a inserção da responsabilidade tanto na formação de uma geração, como na sociedade como um todo.” (BATTESTIN, 2015, p. 85), ou seja, as vias sustentáveis estão para gerenciar situações social e ambientalmente conflituosas, através da melhoria da qualidade de vida, estratégias de atividade econômica mais inteligentes e obviamente o controle do uso de recursos naturais e a diminuição da degradação ambiental.

Seguindo na linha de preservação ambiental, complementamos o conteúdo levando a abordagem para o campo da política pública. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima é a pasta componente do Governo Federal referente ao assunto de proteção ambiental. Em sua composição, estão alguns órgãos que descentralizam e cooperam na realização de suas funções, dentre eles o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O ICMBio foi criado a partir da Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, como uma autarquia responsável por:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União;

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas. (BRASIL, 2007, p. 1).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade detém grande relevância legal e política, visto que advindo das competências acima elencadas, a entidade promove pesquisas, visitas, gestão correta do uso dos recursos de biodiversidade, entre outras produções que viabilizam a tentativa constante de colocar o homem e a natureza em aproximação numa configuração mais responsável e consciente.

A instituição faz parte ainda do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), órgão composto por diversas entidades e instituições das três esferas, a municipal, estadual e a federal. A seu encargo está 335 Unidades de Conservação, principal objeto da gestão deste órgão.

Sobre a Unidade de Conservação, denomina-se como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

As Unidades de Conservação começaram a possuir uma concepção formatada a partir da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regimentando a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Foi a partir da origem do SNUC, que as aplicabilidades vinculadas às Unidades de Conservação se tornaram mais organizadas e esclarecidas, com base nos objetivos da entidade (Lei 9.985, 2000):

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2000, p. 1).

Continuando os aspectos referentes às Unidades de Conservação, e utilizando como referência principal a Lei Nº 9.985, o SNUC possui em sua formação algumas divisões que categorizam e detalham essas áreas, de acordo com suas características de bioma, paisagem, comunidades existentes e espécies de animais presentes. A divisão vai acontecer fundada em dois grupos, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, onde cada um possui respectivamente mais cinco e sete subdivisões.

No grupo das Unidades de Proteção Integral o objetivo principal é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. Como categorias, têm-se:

- a) Estação Ecológica: que possui como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas;
- b) Reserva Biológica: tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais;
- c) Parque Nacional: tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico;
- d) Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica;
- e) Refúgio de Vida Silvestre: tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Sobre as Unidades de Uso Sustentável, as diretrizes do SNUC afirmam que tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Como categorias, têm-se:

a) Área de Proteção Ambiental: é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;

b) Área de Relevante Interesse Ecológico: é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza;

c) Floresta Nacional: é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas;

d) Reserva Extrativista: é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade;

f) Reserva de Fauna: é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos;

g) Reserva de Desenvolvimento Sustentável: é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica;

h) Reserva Particular do Patrimônio Natural: é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

No tocante a este trabalho, que se volta principalmente ao residentes desses locais “[...] as UCs de uso sustentável possuem o papel de incluir as comunidades que vivem no

contexto das áreas, proporcionando educação ambiental, desenvolvimento de técnicas de manejo sustentável e possibilitando aos moradores o uso econômico e de subsistência da área [...]” (OLIVEIRA, 2014, p. 62). O detalhamento organizado pelo SNUC quanto as Unidades de Conservação, nos permite perceber que as questões relativas ao meio ambiente permeiam de forma criteriosa as condições dos patrimônios naturais existentes em território nacional. A Ilha de Lençóis em Cururupu é uma das ilhas da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Como bem explicitou o conceito de Reserva Extrativista (RESEX), estas áreas têm como cultura o uso sustentável de seus recursos, a partir da forma de vida de seus habitantes e do que costumam extrair do espaço.

No contexto da Ilha de Lençóis, enquanto comunidade tradicional, é que se insere o ideal desta pesquisa, trazendo o conceito de uso sustentável na intenção de aliar a turismo e arranjos produtivos numa prática de desenvolvimento local participativo propagando ainda mais a importância de um meio ambiente equilibrado.

4.2 Reserva Extrativista de Cururupu

O conceito de Reserva Extrativista já fora mencionado na sessão anterior, desse modo podemos seguir mais diretamente para o conhecimento da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Utilizaremos como fonte principal o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu.

O Plano de Manejo é o documento desenvolvido pelo Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para as Unidades de Conservação, é o instrumento norteador de uso e limites dentro daquele determinado território. As informações de forma indireta ou literal que serão expostas durante este tópico, tem como referência base o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, datado de 2015.

A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Cururupu é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável (UC), foi criada e certificada como RESEX em 2004. Dentre as RESEX existentes no país, é considerada uma das maiores em extensão e a maior em ambiente marinho-costeiro. Possui cerca de 186.000 hectares, compostos de manguezais, restingas, praias arenosas e vegetação de terras firmes.

Territorialmente, vale informar a respeito de outra diretiva do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que são das áreas em mosaico. Isto acontece quando há proximidade ou sobreposição de áreas em regime de proteção, já que cada classificação possui suas

determinações distintas. Nesses casos as coordenadas são dadas de forma integrada e colaborativa em prol das finalidades do SNUC.

No caso da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, existe a realidade do mosaico, já que compartilhando essa área e suas proximidades existe o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense e Reserva Extrativista Quilombo do Frexal.

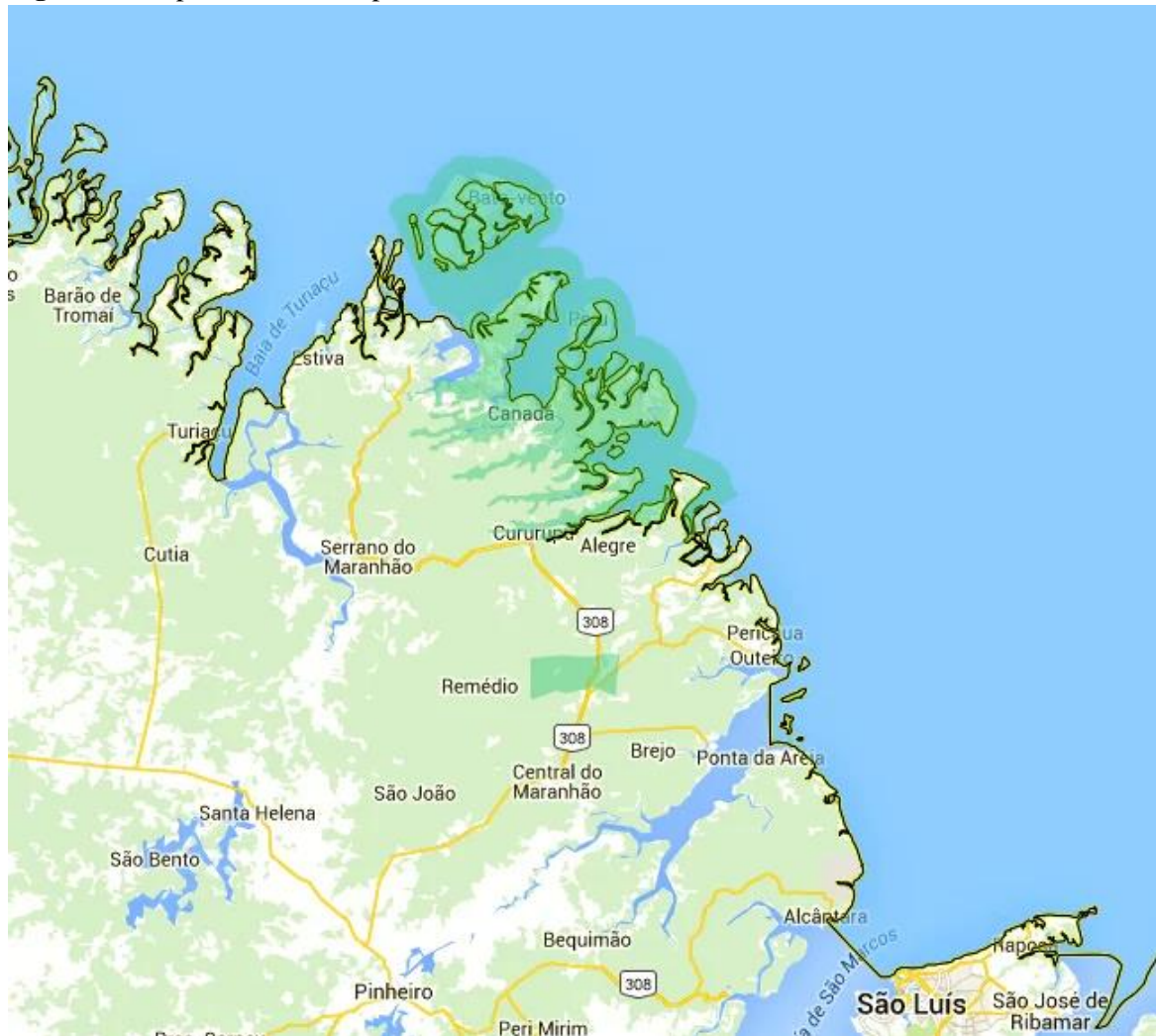
No se refere a sua geografia a RESEX de Cururupu compõe a zona insular do município de Cururupu, fazendo limite com Serrano do Maranhão, Porto Rico, Apicum e Bacuri. Seu limite marinho é dado pela distância de duas milhas náuticas a partir da linha de costa de Cururupu.

Somam-se 14 ilhas nessa RESEX, dentre estas 12 são classificadas como comunidades tradicionais e 4 são classificadas como localidades. As comunidades tradicionais são os locais onde existem a permanência de famílias e a presença de serviços públicos, como escolas, postos de saúde, geradores de energia, além de pequenos negócios familiares como mercearias. Já as localidades são entendidas como as áreas não contempladas por serviços ou equipamentos públicos, são ilhas normalmente desertas.

Conforme as características culturais e do ambiente em que se estabeleceram, as populações tradicionais apresentam peculiaridades em função da região onde vivem. Sobre as ilhas de RESEX de Cururupu, as de comunidade tradicional, em função se definem como “praias”, e por terem a pesca artesanal como principal atividade é denominada de praianos e se autodenominam como pescadores. As 12 comunidades tradicionais e as 4 localidades da RESEX de Cururupu, agrupadas em setores:

- a) Setor Norte: Lençóis, Bate-Vento, Porto do Meio, Mirinzal, Retiro, Beiradão (localidade), Urumarú (localidade) e Iguará
- b) Setor central: Caçacueira, São Lucas e Peru
- c) Setor centro-norte: Guajerutiua, Valha-me-Deus e Porto Alegre,
- d) Setor sul: Mangunça (localidade) e Taboa (localidade)

Figura 1 - Mapa Resex Cururupu



Fonte: ICMBIO (2015)

Sobre as comunidades tradicionais pertencentes ao território da RESEX de Cururupu, o texto do Plano de Manejo salienta que o estabelecimento dessas áreas como Unidades de Conservação é benéfico não só para o meio ambiente em si mais também para as comunidades tradicionais que além de garantirem proteção ao seu lugar ainda se posicionam como parceiros na missão de conservar, visto que agindo dessa forma afastam conflitos ambientais e riscos de degradação, garantindo juntamente que sua cultura, historia e vivencia estejam igualmente protegidas.

Mantendo-se ainda no conjunto de conhecimentos sobre proteção e conservação, existe outro conceito que compõe o universo das Unidades de Conservação, que é o da Amazônia Legal. Essa ideia se apresenta como uma política publica que vem se desenvolvendo tanto em nível de elaboração de conceito, quanto em nível de aumento dos limites geográficos a serem abarcados, desde 1953, com a Lei Nº 1.806 até a promulgação da Constituição de 1988.

Em linhas gerais a Amazônia Legal pode ser caracteriza como

[...] uma área institucionalizada por legislação específica do Brasil para desenvolvimento e controle, o conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Baseados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais têm um viés sociopolítico e não geográfico [...]. (PLATAFORMA OECO, 2014, p. 1).

Acrescenta-se, ainda, que o referido perímetro é formado pela Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental, composta, por exclusão, pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso (IBGE, 2020).

Dito isso, finalizamos essa parte do conteúdo com a Amazônia Legal, para então partir para caracterizar o objeto de pesquisa, porque esta é uma definição que cabe e engloba o que até vem sendo tratado, desenvolvimento socioeconômico local e meio ambiente preservado.

4.3 Ilha de Lençóis: caracterização da comunidade

4.3.1 Aspectos geográficos

A Ilha dos Lençóis situa-se na mesorregião do norte maranhense, na microrregião ocidental correspondida pelas coordenadas geográficas do ponto central de 44° 54' Lnw e 01° 18' Ls. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com a Baía dos Lençóis e a Ilha de Mirinzal; a Leste com o oceano Atlântico e a Oeste com a Ilha de Bate-Vento (PINHEIRO, 2017).

Pertencente ao arquipélago de Maiaú, no município de Cururupu. Esta é uma ilha costeira que tem como um dos pontos mais marcantes o seu imponente conjunto de dunas, que formam 70% de sua cobertura. Localiza-se na área das Reentrâncias Maranhenses que

[...] se estende por 12 mil quilômetros quadrados. Essa imensa região, recortada por baías, enseadas, ilhas e manguezais, tem grande valor para as aves, especialmente as migratórias continentais, que a utilizam no seu período de invernada, conferindo à região o “status” de Reserva Hemisférica de Aves Limícolas e Área Úmida de Importância Internacional – Sítio Ramsar. (PEREIRA, 2010, p. 1-2).

Na Figura 2 é possível observar parte do território da Ilha de Lençóis, bem como algumas das características ressaltadas pelos autores ora citados.

Figura 2 - Ilha de Lençóis



Fonte: Acervo da autora (2023)

A Ilha é formada principalmente por cordões arenosos onde se formam lagoas temporárias de água doce no período chuvoso, manguezais, praias e a área ocupada pelas moradias. O clima local caracteriza-se como quente semiúmido tropical, com temperatura média em torno de 28°C. O período chuvoso mais intenso vai de fevereiro a maio, e a estiagem de agosto a novembro, quando são registrados os ventos mais fortes. Na Figura 3 pode-se observar algumas dunas formadas na região.

Figura 3 - Dunas na Ilha de Lençóis



Fonte: Acervo da autora (2023)

4.3.2 Aspectos históricos

O histórico de Lençóis é um conteúdo buscado basicamente em memórias de nativos, sendo escasso em registros. Alguns relatos informam que oito famílias de pescadores iniciaram o povoamento na Ilha por volta de 1900, e a batizaram de Lençóis pelas claras areias do local (COSTA, 2014).

No Plano de Manejo da RESEX de Cururupu (2015, p. 41) é informado que “[...] os primórdios da formação das praias Cururupu remontam ao final do século XIX, sendo Caçacueira, Guajerutiua e Bate Vento as comunidades mais antigas da região – fundamentais para a formação das outras comunidades [...]”. Continuando a usar este mesmo documento como referencial, “Sobre a ocupação de Lençóis, foi possível apurar que a chegada da família de Gabriel Arcanjo de Oliveira, vinda da região de Itacolomi, provavelmente por volta de 1895, deu início ao povoamento da ilha ao se casar com Dona Albertina [...]” (PLANO DE MANEJO DA RESEX DE CURURUPU, 2015, p. 41).

A socióloga Madian Pereira, pesquisadora e desenvolvedora de diversos estudos sobre o local, acrescenta que povos indígenas também habitaram a Ilha de Lençóis, antes de a atividade de pesca artesanal atrair habitantes. Entretanto o mais expressivo aspecto percebido quando se fala em história é a lenda do Rei Sebastião (PEREIRA, 2005, p. 63).

No litoral do Maranhão, há regiões com dunas de areias denominadas de lençóis, dentre elas, a Ilha dos Lençóis, no município do Cururupu no litoral Norte, considerada como uma ilha encantada que serve de moradia ou de encantaria a El Rei Dom Sebastião e sua corte. As areias dos Lençóis lembrariam Alcácer Quibir, a região da África de em que o rei teria desaparecido após a batalha e que de lá teria vindo para a Ilha de Lençóis, onde aparece para alguns habitantes na forma humano ou na forma de um touro negro. (FERRETI, 2013, p. 267).

Para os nativos da ilha, o rei é como um protetor, muito se ouve que

[...] da ilha não se tira nada, “tudo aqui é de Dom Sebastião”. Essa crença é chamada de Sebastiano. O sebastianismo foi transplantado para o Brasil sob várias vertentes, tais como: a dos movimentos messiânicos ocorridos no século XIX, com caráter de fanatismo, em torno de líderes carismáticos que se diziam reis e que pregavam o desencantamento de Dom Sebastião à custa de muito sangue, um dos maiores propagadores no Brasil foi o padre Antonio Vieira. (PEREIRA, 2005, p. 65).

A outra vertente pertence a Encantaria, ligada as religiões de Matriz Africana. Dom Sebastião é entidade presente em casas como a das Minas, onde toda a família do rei é cultuada. Existe inclusive na cidade de Chapadinha, existe o terreiro, Tenda de Umbanda Rei Dom Sebastião, como bem explica Ferreti (2013, p. 267).

Outro aspecto do Sebastianismo na Ilha de Lençóis é que a lenda por muito tempo foi ligada a presença de albinos no local, os batizando de “Filhos da lua” ou “Filhos do Rei Sebastião”, fato que foi cientificamente desmistificado pela OMS. No entanto até que essas informações fossem obtidas e divulgadas, criou-se um imaginário sobre a Ilha e seus residentes. De certo modo, a Ilha de Lençóis ainda é permeada por uma atmosfera de fantasia, e curiosidade, o que se deve em grande parte a dita magia do lugar.

Figura 4 - Rei Sebastião



Fonte: Acervo da autora (2023)

Figura 5 - Filmes sobre a lenda de Dom Sebastião



Fonte: Acervo da autora (2023)

4.3.3 Aspectos sociais e de infraestrutura básica

Na Ilha de Lençóis vivem atualmente 90 famílias e 345 habitantes de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde de Cururupu. Segundo relato de alguns moradores, anteriormente no local, a população já chegou a alcançar mais de 500 pessoas. Devido a questões estruturais como falta de escolas de ensino médio e oportunidades mais diversificadas de emprego, muitos nativos se mudaram pra Apicum-Açu, sede de Cururupu e alguns para Belém, a evasão se dá na maioria das vezes por jovens.

Por fazer parte da RESEX de Cururupu, a Ilha de Lençóis integra também a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (AMRECUC). Sobre a infraestrutura básica do local, a ilha possui:

a) Um posto de saúde (Figura 6) que atende necessidades básicas como vacinação e consultas de clínica médica. Para atendimento com especialistas, normalmente os moradores precisam se deslocar principalmente para Apicum-Açu.

Figura 6 - Centro de Saúde de Lençóis



Fonte: Registro cedido por moradores (2023)

b) Uma escola de nível fundamental (Figura 7), que possui série até o nono ano. Como já fora anteriormente mencionado, a ausência de uma escola de Ensino Médio no local, força a migração de adolescentes para cidades vizinhas, para a capital ludovicense e outros estados.

Figura 7 - Unidade Integrada São José



Fonte: Registro cedido por moradores (2022)

c) Estação de Energia Elétrica (Figura 8), cujas instalações feitas em 2008, através do Programam Luz Para Todos em parceria com Instituto de Energia Elétrica da Universidade Federal do Maranhão. A estação conta com painéis solares e turbinas eólicas com vinte anos de garantia e funcionamento automático.

Figura 8 - Estação de Energia



Fonte: Registro cedido por moradores (2023)

d) Acesso: para se chegar à Ilha de Lençóis o acesso é marítimo partindo dos portos de Serrano do Maranhão, Cururupu ou Apicum-Açu, sendo este último o mais utilizado pela

proximidade. O trajeto é feito em barcos de pesca de diversos tamanhos, não existem linhas regulares. Nos casos de viagens cotidianas, esperasse a oportunidade de estarem indo ou vindo pescadores nas direções da Ilha. Nesses casos são cobrados valores entre 15 e 30 reais, outra frequente de se locomover nos barcos é através das caronas. Na Figura 9 pode-se observar o Porto de Apicum-Açu.

Figura 9 - Porto de Apicum-Açu



Fonte: Acervo da autora (2023)

No mais, não existe oferecimento de coleta regular de lixo pela prefeitura de Cururupu, logo os próprios moradores tentam fazer coleta seletiva e algumas ações de reciclagem. Outra deficiência no local é sobre segurança, pois não existem postos policiais próximos, bem como a água potável que é retirada de poços artesanais simples construídos pelos moradores.

4.3.4 Atrativos turísticos

O apelo turístico da Ilha de Lençóis é voltado basicamente para suas áreas de natureza e sua cultura. Como principais pontos de atração temos:

a) Festejos religiosos: acontecem o festejo católico de São Sebastião e a festa de Oxóssi, mesma figura religiosa, só que no Tambor de Mina. Na Figura 10 pode-se observar a Igreja de São Sebastião localizada na Ilha de Lençóis.

Figura 10 - Igreja de São Sebastião



Fonte: Acervo cedido por moradores (2023)

b) Comidas típicas locais: Pelas características praianas e a proximidade de áreas de manguezal, A culinária local é a base de pescados e mariscos, em especial o camarão, conforma Figura 11.

Figura 11 - Prato a base de camarão



Fonte: Acervo cedido por moradores (2023)

c) Pesca Artesanal: principal atividade econômica da Ilha, no turismo funciona como uma atividade de experiência, conforme processo pode ser observado no registro da Figura 12, a seguir:

Figura 12 - Processo de pesca



Fonte: Acervo cedido por moradores (2023)

d) Farol de São João: Pertence a Marinha e existe desde 1888, não está localizado exatamente na Ilha de Lençóis, mas compõem seus atrativos. Na Figura 13 tem-se um registro do Farol de São João.

Figura 13 - Farol de São João



Fonte: Registro cedido por moradores (2023)

e) **Paisagem natural:** as praias e lagoas da Ilha de Lençóis, são o seu principal atrativo. São elas: Ponta da Estrela, Ponta do Gino, Ponta da Aliança, Enseada (local de pescada) e formação de campos alagados. Na Figura 14 apresenta-se um registro da Ponta do Gino.

Figura 14 - Ponta do Gino



Fonte: Acervo da autora (2023)

f) **Revoada dos Guarás:** o guará-vermelho (Figura 15) é uma ave encontrada em áreas de manguezal, a observação de voos de seu bando também é incorporada a atividade turística local.

Figura 15 - Revoada dos Guarás



Fonte: Acervo da autora (2023)

4.3.5 Infraestrutura turística

Partindo do pressuposto que o turismo opera sob o tripé de alimentação, transporte hospedagem, com relação ao recebimento de turistas na Ilha de Lençóis, ainda não existe uma infraestrutura que consiga atender sem marcação prévia. No local já existem 3 pousadas, Ilha de Lençóis, Recanto das Aves (Figura 17) e Pousada Yasmim (Figura 16). Os serviços de alimentação e transporte, são contratados em pacote junto com a hospedagem, bem como os roteiros para passeio.

Figura 16 - Pousada Yasmim



Fonte: Registro cedido por moradores (2022)

Figura 17 - Recanto das Aves



Fonte: Registro cedido por moradores (2022)

Figura 18 - Pousada Ilha de Lençóis



Fonte: Registro cedido por moradores (2022)

Se um turista tem interesse em visitar a Ilha de Lençóis, costuma entrar em contato com uma das pousadas, via rede social, podendo ser *Instagram*, *WhatsApp* ou *Facebook*, nos perfis dos empreendimentos, (a ilha possui serviço de internet privado dos moradores, mas não possui sinal de telefone) e ao solicitar as unidades habitacionais, inclui no pedido transporte (via marítima) e alimentação (café da manhã, almoço, jantar servidos nas pousadas). O transporte e a alimentação, são terceirizados com residentes, de acordo com a demanda de visitantes. Caso um turista vá ao local, sem organização antecedente, não encontrará viagens ou um restaurante servindo refeições regularmente. O roteiro passa pelos pontos já citados no tópico anterior, contemplando também outras ilhas próximas, como Bate-Vento e Guajerutiua, com atividades como banho, trilhas e observação de pássaros.

4.4 Perspectivas de estruturação de APL em Turismo

Mediante a gama de informações colhidas sobre a Ilha de Lençóis, este tópico tratará dos pontos necessários para mapear e articular os arranjos produtivos nesta comunidade. A inexistência de um padrão único de formação de APLs termina por impor limites à capacidade de mapear esses arranjos e, principalmente, de identificar APLs com maiores possibilidades de desenvolvimento (PUGA, 2003).

Conforme Aquino (2006), todo arranjo tem seu conjunto único de qualidades admiráveis a serem observadas. Isso inclui redes de atores locais, potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas, recursos naturais renováveis ou não renováveis, infraestrutura existente, capital humano, capital social, governança, uso sustentável

do capital natural, cultura empreendedora, cultura local e a capacidade atrair investimentos, entre outros fatores importantes.

O presente estudo passa em seu desenvolvimento pela relação de possibilidades entre os arranjos produtivos locais e a atividade turística especificamente na comunidade tradicional de Lençóis, desta forma é importante inicialmente entendermos como funciona essa realidade revisitando contextos já anteriormente mencionados.

Segundo Cassiolato e Szapiro (2008), a localização desempenha um papel crucial na determinação da existência de APLs. Eles afirmam que um APL só é viável quando sua sustentabilidade econômica depende de ativos, práticas e relacionamentos únicos que não estão disponíveis em outro lugar e não podem ser replicados rapidamente em outros locais. Os autores sugerem que os APLs resultam de um processo histórico de formação de identidade e criação de vínculos territoriais, enraizados em uma base social, cultural, política e econômica compartilhada (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2008).

Nessa conjuntura, as organizações e instituições públicas, como escolas, centros de pesquisa e conselhos comunitários, ajudam a sustentar os APLs como uma forma estabelecida de agregação produtiva. Já a atividade turística permite que um lugar se desenvolva de forma sustentável ao oferecer uma alternativa de preservação cultural, sustentabilidade ambiental, combate à pobreza e promoção da qualidade de vida dos nativos.

Habitualmente comunidades tradicionais pesqueiras ou praianas ao trabalharem em seu território o modelo de APL, costumam ter como foco investir e ampliar em sua atividade principal, a de pesca, que muitas vezes é de subsistência ou artesanal.

De acordo com Chaves (2004, p. 68), as atividades econômicas do setor pesqueiro são consideradas as mais antigas “[...] e tem representado, desde os tempos pré-coloniais, uma forma de subsistência e de geração regional de riquezas. Essa atividade é, também, responsável pelo fornecimento de proteína animal e fonte de renda para uma significativa parcela da população mundial [...]”. Ainda nas palavras desse autor, “[...] a pesca é uma das mais antigas atividades econômicas do Brasil. Desde o período colonial, o Estado participava da sua administração impondo normas e fiscalizando o setor, que teve início com a pesca da baleia para a industrialização de seu óleo.” (CHAVES, 2004, p. 72).

Devido a esta relevância comercial e histórica o pescado nestas comunidades é bastante trabalhado, entretanto o que confere a estas localidades a classificação de tradicional, vai além de atividades de produção, passa por uma diversidade de características que formam a sua identidade e de seus residentes. Logo os lugares tradicionais no âmbito dos APLs podem também ser aproveitados em um mercado, o de Turismo.

No tocante ao Turismo, é possível destacar o mérito de uma cadeia que cresce e vem rendendo cada vez mais a nível econômico, pelo fato de conseguir atingir e movimentar várias esferas sociais. Nesse sentido, destaca-se que o Turismo vem ganhando relevo nas últimas décadas e como bem pontuam Boulhosa e Vasconcelos (2019, p. 1), “[...] vem destacando-se como uma das mais importantes atividades socioeconômicas da sociedade contemporânea, fazendo parte, cada vez mais, do estilo de vida de muita gente que viaja pelo mundo por motivações de lazer, cultura, aventura, esporte, natureza, entre outros [...]”.

Com o constante crescimento da economia e desenvolvimento social, o interesse e a viabilidade em relação ao consumo das viagens vêm aumentando gradativamente. As melhorias de renda, o acesso a informações e o desenvolvimento estrutural de algumas cidades vem tornando a prática de viajar cada vez maior.

Desde os primórdios, o Turismo foi uma ferramenta impulsionadora no desenvolvimento das sociedades. A oportunidade de intercâmbio cultural e de propulsão econômica, entre outros fatores, dá a esta atividade uma grande relevância no cenário mundial. De acordo com Ferreira (2005, p 12), historicamente o homem “[...] sempre apresentou o hábito para viajar e conhecer outras terras, outros povos e outros lugares, desvendando os seus hábitos, culturas e maneira de agir. As sociedades modernas fizeram desta natural curiosidade um serviço extremamente rentável, gerador de divisas [...]”.

Quando se fala especificamente de economia, a cadeia turística é hoje um vetor de ganhos em muitos países, sendo em algumas localidades o principal ator na escala de componentes do Produto Interno Bruto.

Nessa esteira, é primordial “[...] entender o turismo com um setor plural naturalmente constituído por um conjunto de atividades, interdependentes e, na sua maioria complementares [...]” (GARRIDO,2001, p. 34). Os destinos turísticos possuem classificações que variam de acordo com o produto do local, que é o que desperta o interesse do viajante. No entanto, é válido ressaltar que “[...] analisando-se o turismo como um fenômeno sociocultural, econômico, ambiental e por que não científico, depara-se com uma atividade complexa, que não depende somente de belos lugares, mas sim de profissionalismo, estudos e pesquisas [...]” (FERREIRA, 2005, p. 32). A partir disto observamos a estrutura do Turismo da seguinte forma: Atrativo turístico, infraestrutura básica, serviços, gestão turística, sociedade civil e bases científicas.

Dentro desse composto apresentam-se o produto turístico, a entidade pública e privada, as empresas e a comunidade local. Além disso, o desempenho integrado desse composto é o que define o desenvolvimento e o possível sucesso de cada destino.

Após essa breve caracterização do que é a cadeia turística, relacionamos agora esse aprendizado ao anteriormente exposto sobre APLs, para tratarmos de como pode funcionar a união entre esses dois conceitos.

O trabalho no modelo de Arranjos Produtivos Locais existe no sentido de agregar diversas empresas e estruturas de mercado numa determinada localidade com produção e finalidade comum a todos. No Turismo diversas empresas trabalham nessa mesma linha, para que o serviço seja prestado ao turista de forma completa é necessário que uma rede de empreendimentos esteja em pleno funcionamento no destino turístico.

A proposta de associar produção em aglomerados com Turismo é bastante valiosa para desenvolvimentos locais, já que a referida atividade é uma ação estratégica de inserção competitiva visado a promoção do APL e de seus produtos, a captação de recursos, e atração dos turistas, ao passo que “[...] o aumento da demanda provocada pelos turistas ocasiona mais investimentos, consequentemente o aumento da produtividade, e em muitos casos restaurando a competitividade [...]” (SANTOS 2021, p. 96).

Vale esclarecer que a atuação de empresas de turismo na condição de APLs requer planejamento e organização de forma rigorosa, visto que diversas empresas diferentes podem estar envolvidas nesse processo, como bem reforça Sinay (2018, p. 179), ao dizer que

[...] esta composição de múltiplas instalações diferenciam os APLs para o turismo dos demais APLs onde, normalmente, um único tipo de setor além das organizações de apoio e das escolas, está presente. Essa multiplicidade de instalações dificulta a formação e a manutenção de APL para o turismo se não houver objetivos comuns bem definidos [...].

Nos estudos de Ferreira (2011, p. 528), existem aprofundamentos a respeito da formação de um APL turístico, suas condições, características entre outros. Além destes aspectos estão os também os componentes, que nos apontamentos da autora são:

- a) Empresas fim: meios de hospedagem (hotéis, pousadas, motéis e albergues e extra-hoteleiros como acampamentos, colônia de férias, pensões, leitos familiares) agências de viagem, operadoras turísticas, empresas de alimentação turística (restaurantes, bares, casas de chá, cervejarias, casa de suco), empresas de entretenimento (parques de diversão, clubes, estádios, ginásios, marinas, boates, casas de espetáculo, cinema, teatro), empresas vendedoras de artesanatos e produtos típicos, centros comerciais e galerias de arte;
- b) Provedores de serviços: transportadoras (aéreas, terrestres, marítimas), informações turísticas, locadoras de veículos, atendimento a veículos (oficinas), centros de convenções, parques de exposições, auditórios, fornecedores de alimentação, construção civil, artesãos, sistema de comunicação, serviços de energia elétrica;
- c) Infraestrutura de apoio: escolas de turismo, serviços de elaboração de projetos, assistência técnica (consultoria especializada), infraestrutura física (estradas, aeroportos, terminais rodoviários e hidroviários, saneamento básico etc.), instituições governamentais, telecomunicações, sistema de segurança, sistema de seguros, convênio com universidades, representações diplomáticas, casas de câmbio e bancos,

equipamento médico e hospitalar, serviços de recuperação do patrimônio público, administração dos resíduos sólidos, preservação do meio ambiente.

A partir dessa composição, percebemos que os aglomerados em turismo movimentam de fato diversos atores sociais, educacionais e econômicos, o que os tornam ainda mais significativos para o sucesso do desenvolvimento de localidades. Sobre isso, Ferreira (2011, p. 520) pontua que

[...] para promover o desenvolvimento de maneira adequada e efetiva é necessário investir em vários tipos de capital (humano, social, natural, entre outros) de maneira equilibrada. Dessa forma, a produção econômica estará aumentando e democratizando o acesso às riquezas e ao conhecimento, incrementando o poder da população e proporcionando a participação nos bens e serviços públicos e no processo de tomadas de decisão da sociedade [...].

Corroborando esse pensamento, Santos (2021, p. 100) afirma que “[...] essa integração entre setor produtivo e turismo, fortalece a economia local, tornando menos suscetível a crises, e, posta em teoria e prática pode ajudar no desenvolvimento da economia de uma região e no multiplicador de emprego e renda [...]”. Desse modo, o que consegue observar dessa colaboração é que existe uma grande possibilidade de saldo positivo no que concerne a aumento de competitividade, maior abrangência de relações e um crescimento organizado e vantajoso para os envolvidos.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) podem ter uma relação significativa com as comunidades tradicionais, proporcionando oportunidades de desenvolvimento econômico e social para esses grupos. Abaixo estão algumas maneiras pelas quais os APLs se relacionam com as comunidades tradicionais:

a) Inclusão produtiva: Os APLs podem envolver as comunidades tradicionais em atividades econômicas, permitindo que eles participem ativamente do processo produtivo e se beneficiem dos resultados.

b) Preservação cultural: Os APLs podem valorizar e promover a preservação das tradições culturais das comunidades locais, reconhecendo e incorporando seus conhecimentos e práticas em produtos e serviços.

c) Fortalecimento da identidade local: Ao integrar as comunidades tradicionais nos APLs, é possível fortalecer sua identidade e orgulho cultural, contribuindo para a valorização de suas tradições e saberes.

d) Acesso a mercados: Os APLs podem abrir canais de comercialização para os produtos e serviços das comunidades tradicionais, conectando-as a mercados mais amplos e possibilitando a geração de renda sustentável.

e) Capacitação e qualificação: Os APLs podem oferecer programas de capacitação e qualificação específicos para as comunidades tradicionais, visando melhorar suas habilidades técnicas e empresariais, ampliando suas oportunidades de participação nos negócios locais.

f) Cooperação e parcerias: Os APLs podem incentivar a cooperação entre as comunidades tradicionais e outros atores do arranjo, como empresas, instituições de ensino e pesquisa, fortalecendo as redes de colaboração e criando sinergias para o desenvolvimento conjunto.

g) Valorização dos recursos naturais: As comunidades tradicionais geralmente possuem um profundo conhecimento dos recursos naturais locais. Os APLs podem envolvê-las na gestão sustentável desses recursos, promovendo práticas de produção responsáveis e preservação ambiental.

h) Turismo e cultura: Os APLs podem desenvolver produtos turísticos que explorem a cultura e as tradições das comunidades tradicionais, criando oportunidades de negócios no setor do turismo e promovendo a valorização dessas comunidades.

i) Empreendedorismo comunitário: Os APLs podem estimular o empreendedorismo comunitário nas comunidades tradicionais, incentivando a criação de negócios locais que valorizem seus saberes e práticas culturais.

j) Melhoria da qualidade de vida: A participação das comunidades tradicionais nos APLs pode contribuir para a melhoria das condições de vida, proporcionando acesso à renda, educação, saúde e outras melhorias sociais.

Na realidade da Ilha de Lençóis, com a proposta voltada para o turismo com um formato de base local, ajudará na dinamização do trabalho, com adoção de uma modelagem mais simplificada. Baseando-se nos dados coletados na pesquisa, tanto no âmbito bibliográfico, quanto no campo, para que se realize o mapeamento, está idealizado e organizado um esquema de articulação que seguirá três etapas, de identificação, caracterização e estruturação.

Quanto a identificação essa é a fase inicial do mapeamento, onde as necessidades englobadas são:

- a) Entendimento sobre o conceito de APL;
- b) Entendimento sobre aplicabilidade em categorias de turismo (TBC ou Etnoturismo);
- c) Averiguação a respeito de permissões e restrições sobre o uso do espaço;
- d) Conhecimento da infraestrutura básica local;

Quanto a caracterização, essa é a etapa onde aspectos específicos sobre os arranjos são investigados, compreende:

- a) Busca sobre quais empresas, entidades públicas, instituições de ensino e representantes da sociedade civil estão atuando no local;
- b) Conhecimento da infraestrutura turística existente;
- c) Reconhecimento da vocação turística do local (espaço geográfico e os componentes de patrimônio histórico e cultural),
- d) Reconhecimento do que já está sendo realizado nesse sentido na comunidade de Lençóis (atividade turística);

Quanto a estruturação, essa é a etapa final, onde as informações reunidas passam a servir de subsídio para a articulação do APL:

- a) Identificação dos canais de negócios de inserção da comunidade local na gestão e produção dos arranjos;
- b) Construção de um panorama do APL (contendo uma análise de Forças, Fraquezas, Oportunidade e Ameaças e um plano de ação)

É importante ressaltar que a relação entre APLs e comunidades tradicionais deve ser baseada no respeito à sua cultura, tradições e autonomia, buscando sempre uma abordagem participativa e inclusiva. Uma das funções do Turismo deve ser trabalhar a memória e a identidade. Acerca disso, é pertinente acentuar que

O resgate da memória é de suma importância devido à construção de uma identidade consistente de um determinado povo. Para isso é necessário que não deixe de rememorar, ir em busca das raízes, das origens, do âmago da sua história, etc. A memória tem um caráter primordial para elevação de uma nação de um grupo étnico, pois aporta elementos para sua transformação. (BATISTA, 2005, p. 28).

Esclarecendo de forma independente, Hall (2005, p. 12) explica que

[...] a identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. [...] A identidade torna-se uma celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados no sistemas culturais que nos rodeiam [...].

Sobre a memória, Schmidt e Mahfoud (1993, p. 289) recorrem a Maurice Halbwachs, afirmando que

[...] a memória coletiva, para Halbwachs, desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando o valor do passado para os grupos sociais. Por outro, sendo a guardiã dos objetos culturais que atravessam os tempos e que, então, podem vir a se constituir em fontes para a pesquisa histórica [...].

A identidade e a memória possuem sentidos que se complementam a partir da funcionalidade na existência do sujeito tanto a nível individual, quanto a nível coletivo. As construções enquanto ser social se apoiam nesses conceitos. A forma como nos comportamos, as escolhas feitas, a interpretação de uma informação, a sensação de pertencimento ou ainda a ideia de valores e ética, são exemplos de frutos do que é absorvido pela memória e transformado em identidade.

As comunidades tradicionais são espaços bastante emblemáticos em se tratando de identidade e memória. Os símbolos de história e vivência presentes nesses locais além de validar a sua importância cultural, se tornam atrativos turísticos. Desse modo o turismo deve entrar nesses lugares com o um olhar cuidadoso que ultrapasse premissas exclusivamente econômicas, funcionando como um impulsionador dessas culturas, caso contrário cairá na armadilha de esgotar seu próprio potencial. Os arranjos produtivos e categorias de turismo, como o étnico ou de base comunitária se encaixam nessa lógica, porque se articulam de forma local na missão de contribuir e estimular a produção e reprodução das dinâmicas sociais destes lugares.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A comunidade tradicional de Ilha de Lençóis, que fica localizada dentro da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, foi o local escolhido e utilizado para realização do estudo, sendo, portanto, o objeto desta investigação. Este espaço se encaixou com a proposta do estudo em todos os pontos delineados no referencial teórico. Por se tratar de um local situado em uma Unidade de Conservação, antes de ir a campo foi solicitado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) uma autorização (Anexo A) voltada a pesquisas socioambientais.

O alcance do que foi proposto neste estudo se possibilitou através da pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2007), a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

Quanto aos objetivos, a pesquisa terá caráter exploratório que têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (Gil, 2007). Vale ressaltar ainda, que o caráter interdisciplinar também se fez presente neste trabalho, já que foram articulados os conteúdos de Comunidades Tradicionais, Turismo, Arranjos Produtivos Locais e Dinâmicas Socioespaciais.

No que se refere ao tipo de pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica por ser baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para realização do trabalho, assim como a pesquisa de campo que é utilizada para gerar conhecimentos relativos a um problema, testar uma hipótese, ou provocar novas descobertas em uma determinada área, como bem assinala Castilho (2014, p. 11).

Sobre os instrumentos para coleta de dados, Neves e Domingues (2007, p. 58) explicam que “[...] a escolha do instrumento de coleta de dados depende dos objetivos que pretendemos alcançar com a pesquisa e do universo a ser investigado [...]”. Consoante essa orientação, foram escolhidos para desenvolver a pesquisa de campo a técnica de questionário, direcionada aos residentes da Ilha de Lençóis. Além disso, foram realizadas entrevistas, uma voltada para os residentes – considerando como mecanismo de seleção os moradores que já trabalham com o turismo – e a segunda com foco em políticas de governo, com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciências, Tecnologia e Turismo de Cururupu.

As entrevistas foram acordadas previamente com os participantes citados (residentes, representantes de atividade turística local, gestor da Secretaria de Turismo do município de Cururupu).

Foram aplicados 41 questionários, contendo 8 perguntas, com os residentes da Ilha de Lençóis a fim de entender suas percepções sobre a atividade turística que já existe e quais possibilidades de melhoria a mesma traria caso fosse remodelada.

Como já mencionado, para as entrevistas foram selecionados como participantes os residentes da Ilha de Lençóis que já atuam no turismo, na perspectiva de investigar como acontece a prática desses atores e quais retornos e perspectivas eles já percebem no referido setor. Para tanto, a entrevista foi realizada com o apoio de um instrumento composto 6 (seis) perguntas. Cabe destacar que também foram elaboradas a mesma quantidade de perguntas a serem realizadas com um representante do poder público do município de Cururupu, o secretário municipal de Turismo a fim de evidenciar as iniciativas em termos de apoio e quais políticas públicas de turismo estão voltadas aquela comunidade.

Finalizando esta seção, em relação a análise dos dados, a realização foi feita por meio de análise qualitativa, ainda nas palavras de Neves e Domingues (2007, p. 65), os quais pontuam que

[...] além da categorização e descrição das percepções, será feita uma discussão, com base no referencial teórico construído, integrando o mapeamento feito na observação sistemática com as percepções e grandezas coletadas nas entrevistas e escalas. Desta forma poder-se-á extrair considerações e conclusões a respeito do tema em questão.

Sendo assim, na seção seguinte prossegue-se com a apresentação, análise e discussão dos resultados da pesquisa.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a caracterização dos enquadramentos da investigação nos procedimentos metodológicos, tomemos os resultados da pesquisa de campo como foco de análise neste capítulo. Como fora detalhado no tópico anterior, a pesquisa em campo ocorreu mediante a aplicação de dois instrumentos, são eles questionários e entrevistas.

A Ilha de Lençóis, local que serviu de objeto para este estudo, é uma comunidade tradicional, onde já acontece atividade turística. O Turismo, junto aos ideais de Arranjos Produtivos Locais e a preservação da dinâmica de vida do lugar, formam a interdisciplinaridade deste estudo, o qual visa investigar quais impactos socioeconômicos a implantação do modelo de APL traria para aquele local.

Inicia-se a análise pelo questionário, cujo instrumento de investigação foi construído levando em consideração, primeiramente, o perfil dos respondentes, antes de sua opinião sobre o assunto. Dessa forma, foram considerados os aspectos de gênero, idade, estado civil e grau de escolaridade.

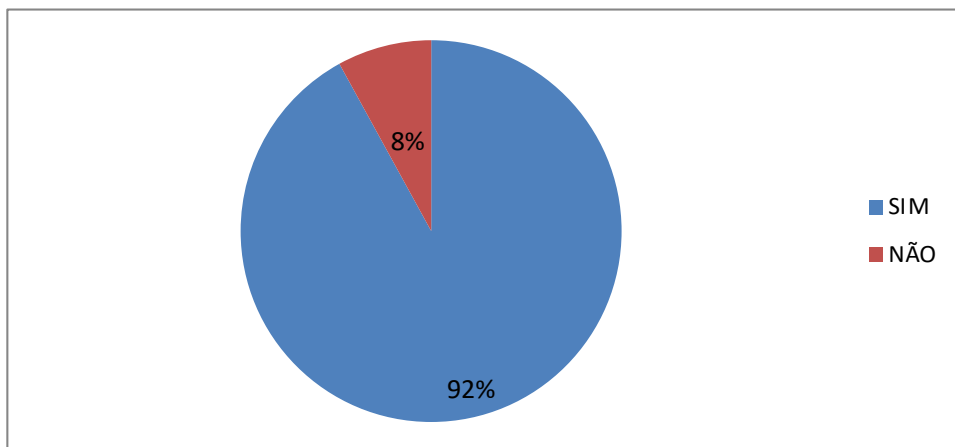
Sobre a faixa etária, os entrevistados apresentaram a partir de 15 até 72 anos. Sendo a maioria, cerca de 43%, entre 15 e 30 anos. A faixa etária dos respondentes abrangeu desde os jovens até os mais idosos. Optou-se por incluir os jovens na pesquisa, pois considera-se que esse público está em um período de formação de maturidade e possui uma alta capacidade de perceber as mudanças ocorridas no local em relação ao turismo. Por outro lado, os participantes mais idosos foram incluídos devido aos relatos valiosos de memórias que contribuem para a pesquisa, indo além das perguntas previstas no questionário.

No tocante ao gênero, a maioria de respondentes foram mulheres, somando 53% do total. A presença feminina nos resultados da pesquisa foi bastante significativa, tendo em vista a abertura na aproximação e identificação maior partindo delas. Já em relação ao estado civil, 75% das pessoas são casadas(os), evidência reforçada pelo fato de as famílias da localidade costumarem ser grandes, as proximidades em grau de parentesco foram inclusive um canal de apoio na busca por pessoas dispostas a responder, tanto dentro de uma mesma família quanto de um mesmo domicílio. Acrescenta-se que, em algumas ocasiões, foi possível obter a participação de até três respondentes para preencherem os questionários.

Por fim, encerrando a seção de caracterização do perfil, os participantes foram questionados quanto ao grau de escolaridade, destes 73% do total declarou que possui ensino médio completo, apesar de informarem a não existência de escola de ensino médio no local como uma das principais dificuldades para os moradores da Ilha de Lençóis.

Prossegue-se, destacando os resultados acerca dos APL e o setor turístico da Ilha de Lençóis, cujas afirmações serão apresentadas e analisadas conforme os gráficos vão sendo apresentados. Inicialmente, os participantes foram indagados quanto ao potencial de consolidação da Ilha de Lençóis enquanto destino turístico, cujos resultados podem ser melhor observados no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Pergunta 1: Você acredita que a Ilha de Lençóis tem a possibilidade de se consolidar como destino turístico?



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O turismo na Ilha de Lençóis não é nenhuma novidade para seus residentes. À medida que as estruturas e os acessos vão melhorando, conseqüentemente, acontece uma maior atração de turistas, o que os faz enxergar a atividade de forma positiva, entendendo-a como um processo ainda em construção com vistas de crescimento, como mostra os 92% respondendo sim à questão. Sobre esse ponto, uma das carências do percebidas no local é justamente a adequação de mão de obra as especificidades do setor turístico. Nesta questão salientamos a importância do acesso a educação e conseqüentemente de poder qualificar-se:

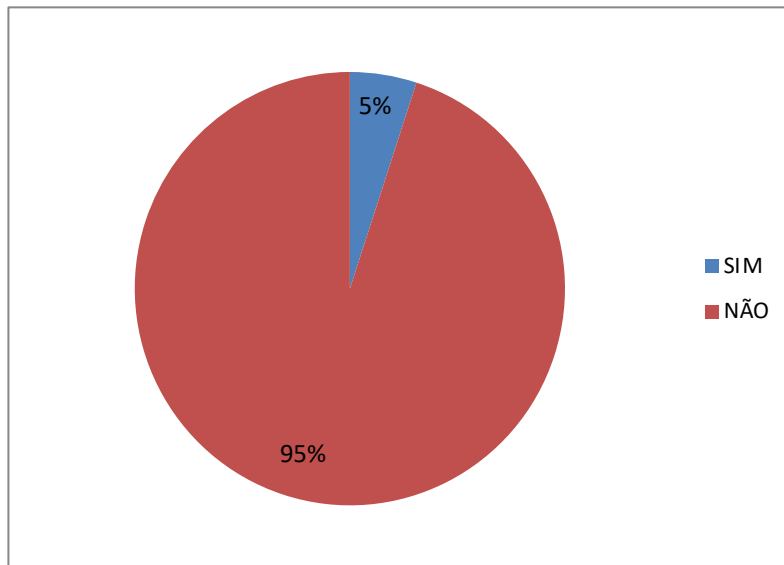
A educação, entendida como um complexo social que tem no trabalho sua categoria fundante, historicamente vem sendo um reflexo das transformações que ocorrem no cerne da estrutura societária e conseqüentemente das relações sociais construídas no seu interior. Diante dessas transformações, ela vem se constituindo também como um instrumento que cada vez mais está atrelada ao modelo de desenvolvimento da sociedade, servindo, mesmo que com alguma autonomia relativa, como mola propulsora desse desenvolvimento. (SILVA, 2012, p. 1).

Muitos dos relatos durante a aplicação dos questionários foram de pessoas manifestando interesse em se qualificar na área a fim de se inserir no mercado ou de melhorar o serviço já oferecido. Por maior que seja o caráter gentil e acolhedor encontrado na

comunidade, as melhorias que podem ser trazidas através de conhecimento técnico tornam-se imprescindíveis.

Seguindo a análise, o próximo questionamento se referiu a estrutura turística oferecida na Ilha de Lençóis. Sendo a Pergunta 2: Você considera que a Ilha de Lençóis tem equipamentos suficientes para se estruturar turisticamente (meios de hospedagem, alimentação, transporte)? Os resultados estão dispostos no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Pergunta 2: Você considera que a Ilha de Lençóis tem equipamentos suficientes para se estruturar turisticamente (meios de hospedagem, alimentação, transporte)?



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em porcentagem maior, correspondendo a 95%, de respondentes, a afirmação foi de carência de equipamentos que abarquem o atendimento ao turista. Como já colocado no capítulo anterior, no decorrer da pesquisa foi possível constatar que o local conta com três pousadas, as quais funcionam como ponto referência para todo aproveitamento de lazer no local. Ressalta-se que uma forma de conseguir alcançar a estrutura turística básica e ampliar as oportunidades de empreender na Ilha de Lençóis é focar em categorias de turismo local, tais como as de Base Comunitária e o Etnoturismo, que incentivam a organização estrutural do lugar a partir de suas condições, priorizando a não descaracterização da cultura. Tomando como exemplo o TBC, um ponto de garantia sobre a manutenção da dinâmica local é o protagonismo da comunidade. Acerca disso, reforça-se que,

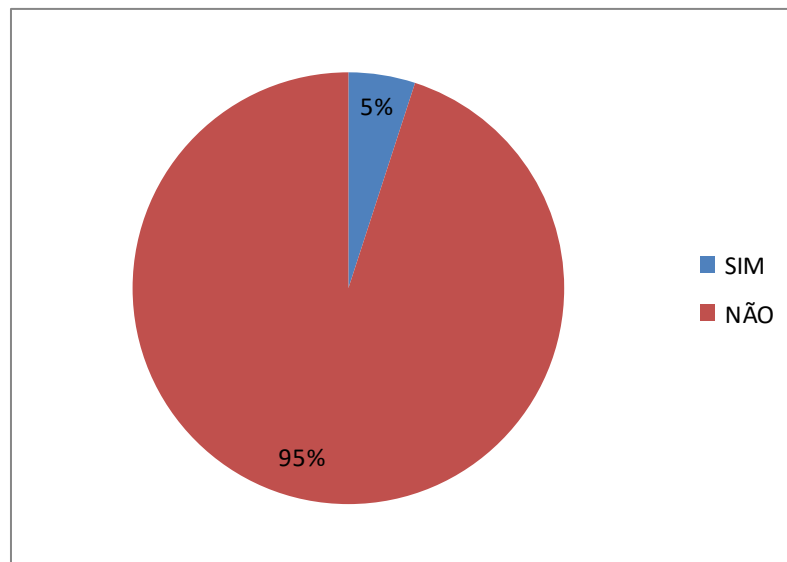
O protagonismo comunitário é um dos elementos centrais na concepção e desenvolvimento das iniciativas de TBC. Envolve o processo de organização interna das comunidades e de articulação externa para atuar nas experiências. Estamos falando da atuação crítica e autônoma das comunidades locais, capazes de se articular e participar ativamente dos espaços de tomada de decisão, apontando caminhos e

soluções para melhoria e transformação da realidade social. O protagonismo contribui para estabelecer um diálogo equânime entre a comunidade e parceiros, proporcionando mecanismos de controle social e engajamento nas iniciativas de TBC. (BRASIL, 2019, p. 37).

O interesse do visitante ao ir a uma comunidade tradicional é vivenciar a experiência completa do local. A imersão naquele local pode muito bem ser feita contemplando todos os itens de necessidade numa conjuntura turística, adaptando a realidade, capacidade de carga e aos apelos culturais através do serviço oferecido pelo próprio morador da comunidade.

A terceira questão se relaciona ao conhecimento acerca da definição e das aplicações dos APLs por parte dos residentes da comunidade, conforme Pergunta 3 - Você conhece o conceito de APL (Arranjos Produtivos Locais)? cujos resultados podem ser vistos no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Pergunta 3 - Você conhece o conceito de APL (Arranjos Produtivos Locais)?

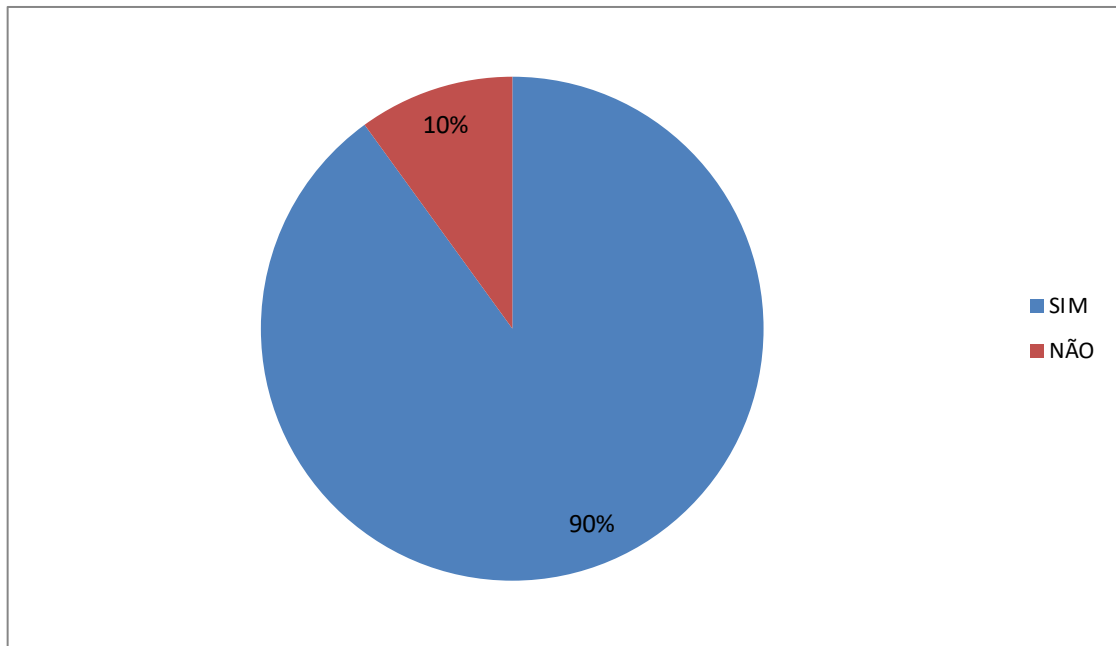


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Acerca dos entendimentos sobre APL, conforme visto no Gráfico 3, 95% afirmou não conhecer, enquanto somente 5% disse “Sim”. O conceito de Arranjos Produtivos, apesar de estar bastante presente na literatura, acaba por ser reconhecido muito mais em ambientes específicos de pesquisa e mercado. A pequena parcela que se mostrou inteirada acerca do assunto, refere-se a uma aproximação relatada com esse tema feita em estudos na graduação.

Dá-se prosseguimento, ressaltando que a pergunta 4 está voltada para o interesse em explicar sobre a finalidade dos Arranjos Produtivos Locais para o turismo da Ilha de Lençóis. Para tanto, os participantes foram questionados: Pergunta 4 - Você acredita que a criação de um APL favorecerá o desenvolvimento turístico? Os resultados podem ser observados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Pergunta 4 - Você acredita que a criação de um APL favorecerá o desenvolvimento turístico?

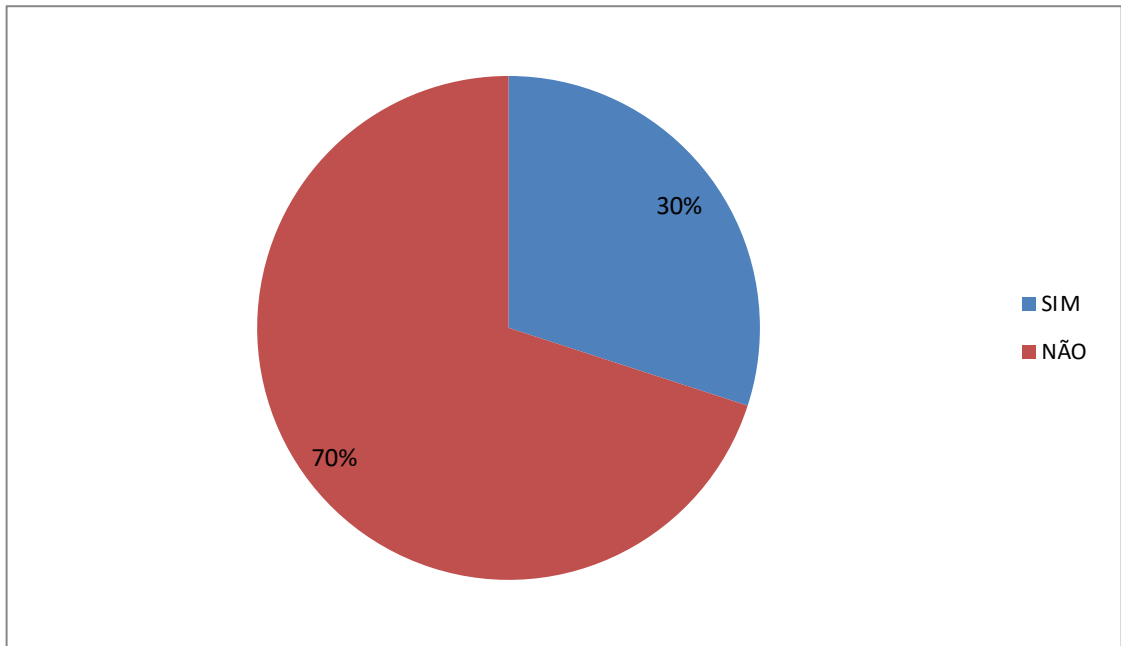


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Após o entendimento da proposta do APL na comunidade, a maioria dos residentes concordou, cerca de 90%, que esse é um modelo de negócios que pode favorecer a atividade turística na Ilha de Lençóis. O desenvolvimento já alcançado pelos moradores envolve muitas parceiras, fato que facilitou a identificação deles com os ideais dos arranjos produtivos. O turismo em si tem como característica o funcionamento em rede, logo quando os atores são incentivados e decidem agir de forma a organizar essa rede, a fluidez dos negócios e os seus resultados é maior. Diante disso, pontua-se que “[...] um leque enorme de relacionamentos entre seus membros torna-se viável, o que, dependendo das condições de mercado, pode torná-los parceiros, distribuidores e/ou concorrentes [...]” (DONAIRE; SILVA; GASPAR, 2009, p. 120).

Em seguida, parte-se para a quinta questão, a qual versa sobre o percentual de residentes que está atuando no turismo. Busca-se com esse questionamento mensurar, a partir da amostra, o nível de inserção da comunidade. Questionou-se: Pergunta 5 - Você trabalha ou empreende em algo relacionado ao Turismo? Os resultados podem ser observados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Pergunta 5 - Você trabalha ou empreende em algo relacionado ao Turismo?

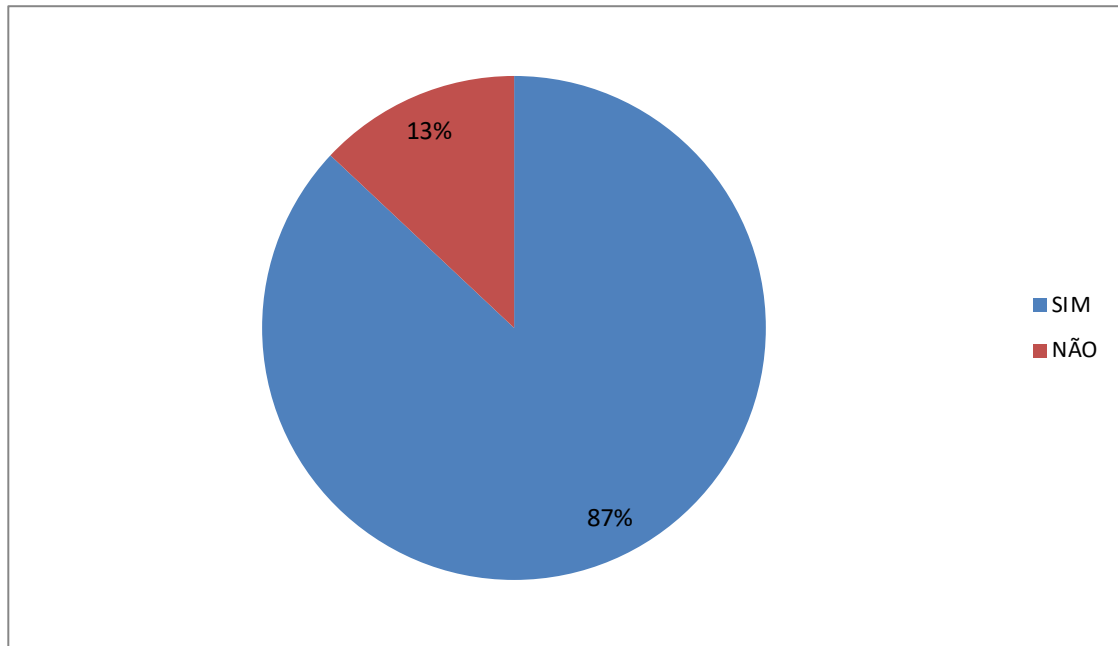


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Conforme apresentado no Gráfico 4, 70% dos participantes afirmaram que ainda não estão inseridos na atividade turística, enquanto 30% confirmaram estar atuando. Cabe pontuar que dos participantes que afirmaram não estar atuando no setor turístico, também ressaltaram o desejo em atuar, em adentrar no referido setor, porém é citada a falta de competência técnica como motivo de inibição e desestímulo.

Prossegue-se a apresentação dos resultados do questionário trazendo as respostas da sexta questão, a qual buscava investigar se o turismo funciona como uma ferramenta positiva para a cultura local. A pergunta de número 6 é “Você acredita que a atividade turística fortalece a cultura local?” Os resultados estão dispostos no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Pergunta 6 - Você acredita que a atividade turística fortalece a cultura local?



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

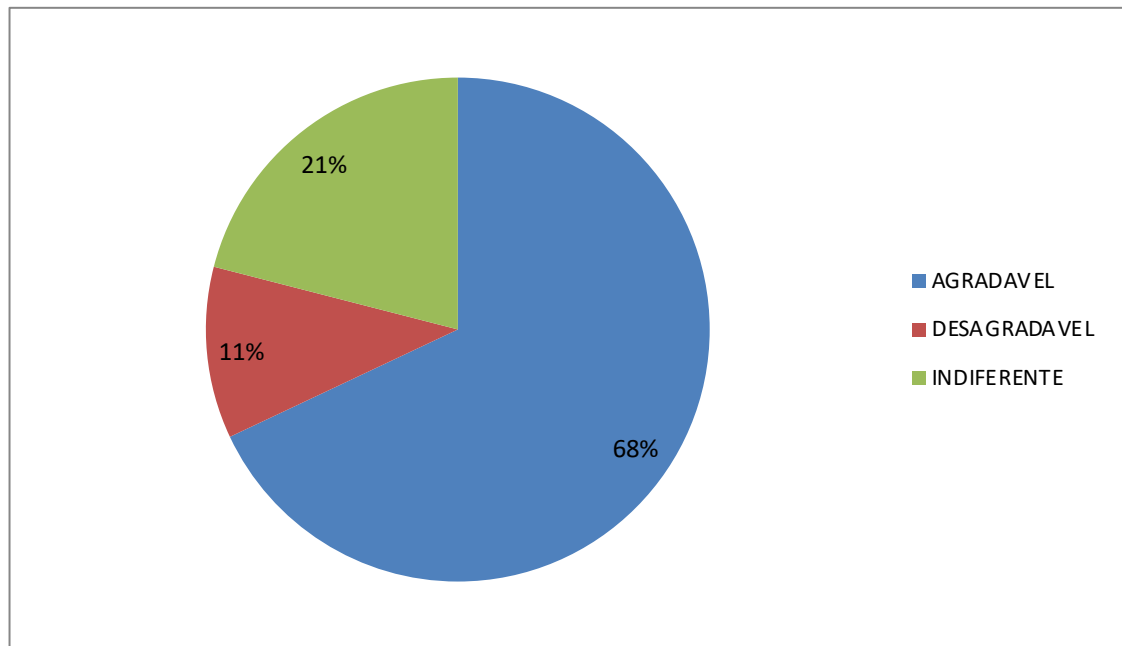
Conforme o Gráfico 6, nesse questionamento a maioria respondeu que sim, acrescentando-se que além de fortalecimento da cultura, a presença do turista desmistifica também os pensamentos sobre a parte albina da população, a exotização desses moradores endossada por reportagens televisivas principalmente, representa incomodo na Ilha. O turismo é, acima de tudo, um relevante mecanismo divulgador da verdadeira riqueza cultural do lugar.

Corrobora-se essa afirmação dialogando-se com Brasileiro e Medina (2012, p. 131), ao afirmarem que:

[...] confiamos à cultura local, material e imaterial, em especial as criações artístico-culturais de agentes do lugar, um papel de produto competitivo sim, até mesmo como ação de resistência à cultura globalizante, principalmente se reconhecemos sua originalidade, qualidade, diversidade e riqueza, em condições, portanto, de afastar os riscos de padronização e pasteurização [...].

Na sétima questão, os participantes foram perguntados sobre a presença do turista na comunidade e como eles se sentem. A pergunta de número 7 é “Como é a relação da comunidade com os visitantes na ilha?” Os resultados dessa questão estão explicitados no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Pergunta 7 - Como é a relação da comunidade com os visitantes na ilha?

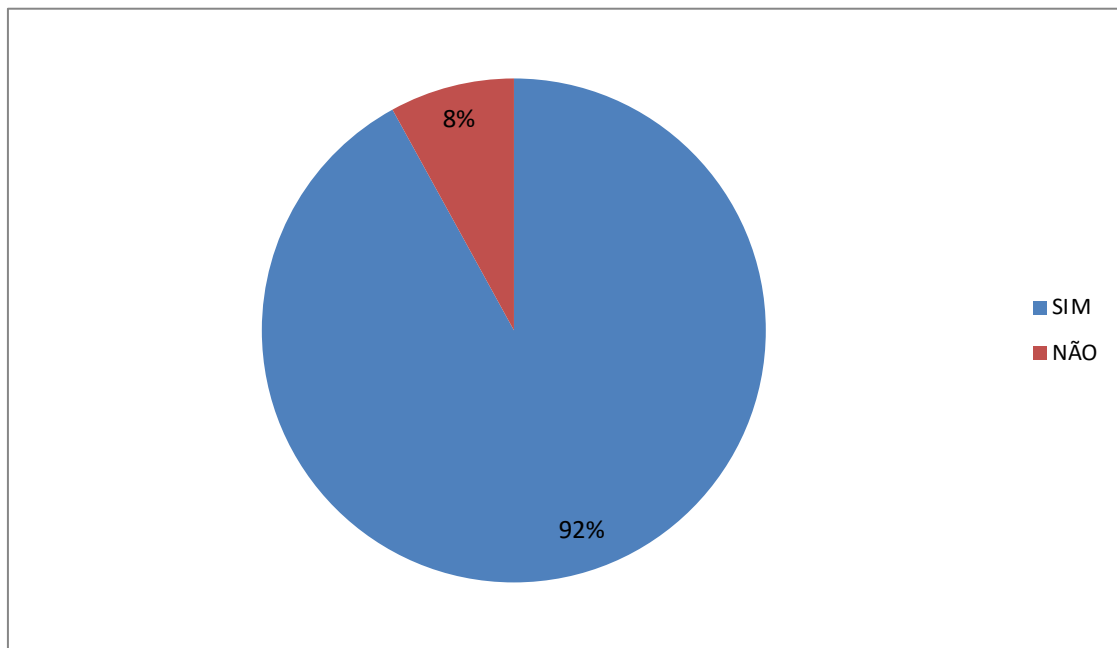


Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Diante dos resultados apresentados no Gráfico 7, destaca-se que foram postos aos participantes três alternativas simples. Cerca de 68% dos respondentes indicaram que a relação dos turistas é agradável, indiferente foi pontuado por 21% e como desagradável 11%. Considerando o posicionamento daqueles que afirmaram ser agradável, reforça-se que o turista é alguém para se fazer intercâmbio de cultura e a propaganda “boca a boca” do local. Os que disseram indiferentes são normalmente os que nunca tiveram contato com a atividade ou com o próprio visitante, já os que consideraram desagradáveis disseram que presença de pessoas de fora traz muito impacto negativo principalmente ao meio ambiente, fora que essa convivência não agrega nas atividades que são realizadas na comunidade da Ilha de Lençóis.

Na última questão os participantes foram perguntados sobre as possibilidades de melhoria de renda com o turismo. A pergunta 8 é “Você considera que o turismo pode ser uma ferramenta de melhoria de renda para os residentes locais?” No Gráfico 8 são apresentados os resultados quanto a referida questão.

Gráfico 8 – Pergunta 8 - Você considera que o turismo pode ser uma ferramenta de melhoria de renda para os residentes locais?



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Em consonância com os dados explicitados no Gráfico 8, no que se refere ao aspecto questionado aos participantes, cerca de 92% afirmaram que sim, a melhoria de renda é possível com o turismo. É importante considerar que a principal produção econômica do local é a pesca artesanal. Assim como a maioria acredita no turismo com fonte de trabalho, o extrativismo ocupa para os moradores um primeiro lugar na escala de atividades rentáveis, vendo o turismo como um complemento.

Acerca dos resultados evidenciados com a questão 8, reforça-se as ponderações com uma fala que revisita o desenvolvimento local, dialogando-se com Barbosa (2005, p. 109), quando este afirma que

[...] o turismo com base local ou regional constitui numa mediação possível de dar algum dinamismo econômico aos lugares, representada pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo. O desenvolvimento local alavanca a possibilidade de equalizar 5 objetivos: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Após a análise dos resultados oriundos dos questionários, aborda-se as evidências advindas das entrevistas. Para tanto, analisamos, primeiramente, a visão dos residentes que já operam de alguma forma no turismo da região. Foram entrevistados seis residentes que trabalham com alimentação, transporte e hospedagem.

Os questionamentos foram feitos para verificar se os respondentes eram nativos da região, e todos afirmaram ser. Isso ocorre porque o ICMBio exige que os responsáveis por atividades econômicas em áreas de proteção sejam naturais do local. Essa exigência é vista pelos entrevistados como uma forma de proteção, evitando que pessoas de fora tenham a oportunidade de explorar a área ou desapropriar a comunidade de suas residências. Essa é uma das razões que mobiliza várias comunidades, como a Ilha de Lençóis, a buscar garantir que seu território esteja o mais distante possível de conflitos sociais e ambientais.

Também foi questionado se o fluxo de turistas era satisfatório para manter o negócio, e a resposta foi unânime. Os entrevistados relataram que a recepção de turistas é restrita a fins de semana e feriados. Esse é um dos motivos que desperta o interesse em melhorar a forma como conduzem seus negócios, visando aumentar a atração de visitantes. Além disso, vale ressaltar que, originalmente, os moradores da Ilha de Lençóis são extrativistas, e a pesca ainda é a fonte de renda que oferece mais segurança.

Outra pergunta feita foi sobre a existência de roteiros ou atividades pré-estabelecidas para os turistas na Ilha de Lençóis. Os empreendedores responderam que já utilizam circuitos que incluem até mesmo ilhas próximas. Para proporcionar uma experiência turística diversificada, as ilhas de Guajerutia e Bate-Vento são frequentemente incluídas nos passeios. Lençóis, por si só, já é bastante atrativa para a estadia dos visitantes. No entanto, a oportunidade de agregar valor ao pacote turístico é algo que faz sentido. Além disso, essa prática começou a despertar interesse pela atividade nessas outras localidades. Isso significa que o turismo está passando por um processo natural de expansão a partir de Lençóis.

Mais adiante, foi questionado sobre as condições de hospedagem, transporte e alimentação oferecidas aos turistas. Em resumo, foi informado que os serviços oferecidos ainda são básicos e apresentam algumas limitações estruturais, principalmente em relação ao transporte e à alimentação, que estão diretamente vinculados às hospedagens locais. O transporte é realizado por meio de barcos de pesca e ainda não existem adaptações com assentos ou acessibilidade.

No que diz respeito às refeições, todas são feitas em uma das três pousadas existentes na Ilha. Além das pousadas, duas casas oferecem hospedagem familiar para grupos, mas o perfil é restrito apenas a grupos da igreja protestante. Quanto à origem dos turistas, é bastante diversificada. A Ilha de Lençóis recebe turistas tanto de municípios vizinhos quanto internacionais, sendo que muitos visitantes vêm principalmente da Europa.

Mais adiante, na quinta questão, foi perguntado sobre quais mudanças a movimentação turística trouxe para a Ilha. A resposta indicou, tanto no questionário quanto nas

entrevistas, que essa realidade é percebida de forma positiva. Os residentes demonstram curiosidade e interesse em estabelecer uma relação com os visitantes. Muitos afirmaram que a presença dos turistas traz vitalidade ao local e que o interesse deles pela cultura e paisagem desperta um sentimento de valorização.

Por fim, perguntou-se a opinião dos entrevistados sobre a possibilidade de organizar parcerias no modelo de Arranjos Produtivos Locais como forma de fortalecer ainda mais a atividade turística. A maioria concordou, já que eles estão trabalhando de forma semelhante, porém apenas com pessoas próximas, amigos e familiares. A implementação de um APL promoveria a ampliação e organização dessa prática, o que seria capaz de fortalecer ainda mais o turismo local.

Na última entrevista, voltamo-nos para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ciências, Tecnologia e Turismo, representada pelo secretário Ademilton Ramos, que forneceu as respostas. A primeira pergunta investigou quais políticas de desenvolvimento estão voltadas para as comunidades tradicionais de Cururupu. Como resposta, foram indicadas políticas de acesso a recursos básicos, iniciativas da prefeitura voltadas para saúde, educação e assistência social em geral. Especificamente em relação ao turismo, existem projetos em fase de formatação com foco em Base Comunitária e Agricultura Familiar.

Devido ao seu caráter tradicional, muitas comunidades, como as ilhas da Reserva Extrativista de Cururupu, acabam ficando em segundo plano em comparação com os espaços urbanos no que diz respeito à recepção dos benefícios sociais devidos. No contexto do turismo, essa situação não é muito diferente. O reconhecimento do potencial desses lugares depende de uma análise mais aprofundada e de uma série de recursos adicionais, os quais muitas vezes se chocam com as limitações enfrentadas pelas Secretarias Municipais de Turismo nas regiões do interior do Maranhão.

A segunda pergunta abordou a infraestrutura básica na Ilha de Lençóis, considerando aspectos como acesso a escolas, hospitais, policiamento e disponibilidade de alimentos, entre outros. Acerca disso, pontua-se que “Esse sistema de infraestrutura é constituído por alguns subsistemas: subsistema viário; subsistema de drenagem pluvial; subsistema de abastecimento de água; subsistema energético e subsistema de comunicação [...]” (PUPPI, 1981 *apud* VIEIRA FILHO *et al.*, 2013, p. 21)

Na comunidade, há um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental que recebe merenda escolar. No entanto, a presença de aparato de segurança pública, como policiamento militar, está ausente. A Ilha de Lençóis possui energia elétrica e o acesso é possível apenas por via marítima, utilizando os barcos de pesca. Conforme mencionado em

outras partes deste estudo, a falta de recursos básicos adequados na Ilha de Lençóis é um ponto de dificuldade que afeta principalmente os moradores locais, e também dificulta a presença de turistas.

Na terceira pergunta, foi investigado se existem políticas públicas específicas ou mecanismos de incentivo para o turismo. Como resposta, foi mencionada a Política de Regionalização do Turismo, uma diretriz federal que é implementada pelo Governo do Estado. Nesse sentido, municípios que possuem uma mesma vocação turística são incluídos no Mapa do Turismo Brasileiro por meio de grupos chamados polos turísticos. Cururupu faz parte do Polo Floresta dos Guarás, que também engloba Serrano do Maranhão, Cedral, Central, Apicum-Açu, Porto Rico Guimarães e Bequimão. Esses municípios compartilham uma atratividade baseada em paisagens costeiras e comunidades quilombolas.

Na quarta pergunta, buscou-se obter informações sobre a existência de parcerias com o Sistema S e as Instituições de Ensino. Foi informado que há uma Sala do Empreendedor (SEBRAE) permanentemente localizada junto à Secretaria de Turismo local. Essa parceria oferece suporte aos empreendedores com consultoria técnica e auxílio no desenvolvimento de projetos de Turismo de Base Comunitária, voltados para as comunidades tradicionais, como a Ilha de Lençóis.

No que diz respeito às Instituições de Ensino, existem parcerias para estudos conduzidos por pesquisadores de graduação e pós-graduação. Um exemplo disso foi o desenvolvimento do Inventário da Oferta Turística de Cururupu por alunos do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Essas parcerias demonstram a colaboração entre a academia e o setor turístico local.

A penúltima pergunta abordou a existência de algum plano de ação para estruturar o turismo na Ilha de Lençóis. Mais uma vez, foi mencionado o desenvolvimento de projetos com foco em Turismo de Base Comunitária (TBC), que visam contemplar não apenas a Ilha de Lençóis, mas também outras comunidades. Esses projetos contam com o apoio de incentivos provenientes da política de Regionalização do Turismo. Isso indica um esforço em direção à estruturação e fortalecimento do turismo local, considerando uma abordagem sustentável e voltada para as comunidades tradicionais.

Finalizando a entrevista a última questão se referiu a quais benefícios são esperados pelo município para a comunidade de Ilha de Lençóis com o Turismo, onde foram apontados três pontos, que foram geração de Renda, maior divulgação, e valorização da população local.

6.1 Panorama do APL Ilha de Lençóis

No intuito de ilustrar uma estrutura de trabalho em Arranjos Produtivos Locais que se encaixaria na evolução do que já é realizado na comunidade de Ilha de Lençóis, foi elaborado uma análise SWOT ou FOFA, seguida de um plano de ação afim de sugerir formas de preencher as lacunas observadas na pesquisa de campo em relação ao turismo.

A análise SWOT, de acordo com Daychouw (2007, p. 23) “[...] é uma ferramenta utilizada para fazer análises de cenário ou análise de ambiente, sendo usada como base para a gestão e o planejamento estratégico de uma organização [...]. Devido a sua simplicidade a análise SWOT é utilizada para qualquer cenário.” O termo é uma sigla oriunda do idioma inglês e significa um anagrama de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weakeness*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). Quanto ao plano de ação é definido como “[...] um documento utilizado para fazer um planejamento de trabalho necessário para atingimento de um resultado desejado ou na resolução de problemas [...]” (PAULA, 2016, p. 2). Dessa forma, a proposta segue conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1 – Análise SWOT

FORÇA	FRAQUEZA
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atrativos naturais ✓ Preservação da atividade de pesca artesanal ✓ Localização em área de proteção ambiental ✓ Culinária típica ✓ Público Ecoturista ✓ Público doméstico e internacional ✓ Valorização da Identidade cultural: Sebastianismo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pouca qualificação de mão de obra local ✓ Infraestrutura Turística carente ✓ Divulgação do local enfatizando a população albina ✓ Recursos financeiros da comunidade escassos ✓ Ausência de Acessibilidade ✓ Mobilidade insuficiente: Transporte irregular e sem adequação turística
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária ou Etnoturismo ✓ Inclusão nas Políticas Públicas do Mapa do Turismo Brasileiro ✓ Formalização de parcerias entre os atores locais ✓ Atuação da comunidade na coordenação do APL ✓ Atuação da comunidade nos serviços de turismo ✓ Calendário de eventos com foco em Ecoturismo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ausência de policiamento ✓ Ausência de atracadouro ✓ Ausência de serviço público de coleta de lixo ✓ Turismo de Massa

Quadro 2 – Plano de Ação

PLANO DE AÇÃO			
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL ILHA DE LENÇÓIS			
LOCAL: Ilha de Lençóis - Cururupu MA			
Execução: Residentes da comunidade			
Meta (O que fazer?): Eixo: Rede de negócios Buscar Parcerias			Prazo (Quando?): 31/12/2023
Ações (Como fazer?)	Prazo (Quando?)	Recursos (Quanto?)	Responsável
Estabelecer quais serviços serão necessários na parceria	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Definir possíveis parceiros	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Formalizar parcerias via documentação contratual	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Iniciar parceria	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Divulgar esta parceria a clientes e outras partes interessadas	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
PLANO DE AÇÃO			
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL ILHA DE LENÇÓIS			

LOCAL: Ilha de Lençóis - Cururupu MA			
Execução: Residentes da comunidade			
META (O que fazer?): Eixo: Marketing e divulgação Criar portfólio turístico			Prazo (Quando?): 31/12/2023
Ação/Estratégias (Como fazer?)	Prazo (Quando?)	Recursos (Quanto?)	Responsável
Especificar quais categorias de turismo o local atende	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Identificar quais serviços e atrações são oferecidos (atrativos naturais e culturais, roteiros, meios de hospedagem, alimentação e transporte disponíveis)	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Elaborar portfólio	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Criar canais de divulgaç	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Realizar divulgação do portfólio	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
META (O que fazer?): Eixo: Qualificação Profissional			Prazo (Quando?): 31/12/2023

Realização de cursos voltados ao Turismo			
Ação/Estratégias (Como fazer?)	Prazo (Quando?)	Recursos (Quanto?)	Responsável
Identificar junto a população as áreas específicas de necessidade ou interesse para qualificação	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Buscar parcerias com Instituições de Ensino para oferecer as qualificações	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Mobilizar público local	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Realizar as qualificações	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
META (O que fazer?): Eixo: Empreendedorismo Criação de empreendimentos			Prazo (Quando?): 31/12/2023
Ação/Estratégias (Como fazer?)	Prazo (Quando?)	Recursos (Quanto?)	Responsável
Identificar o serviço (empreendimento a ser estruturado (restaurante, pousada, embarcação entre outros)	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Formalizar a criação empreendimento	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a	Residente local

		serem calculados)	
Verificar os componentes necessários ao espaço de acordo com o serviço (mesas, cadeiras, camas, coletes salva-vidas, entre outros).	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Verificar a existência de recursos em linhas de crédito ou leis de incentivos para aquisição material	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local
Realizar criação e estruturação do empreendimento	31/12/2023	Recursos Humanos e Financeiros (a serem calculados)	Residente local

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de conclusão deste estudo, é importante refletir sobre o que foi elaborado e discutido ao longo de todo o conteúdo. As comunidades tradicionais são de extrema importância a níveis histórico, cultural e ambiental, fato que contribuiu para a escolha de uma delas, a Ilha de Lençóis, para pano de fundo na pesquisa.

O Arranjo Produtivo Local, o conceito que também entrou como pilar no estudo, vem como uma proposta de unir-se ao turismo, para desenvolver e potencializar as riquezas já comercializadas do local. Nesse meio vem a questão das vivências da comunidade e quais impactos serão enfrentados por ela.

A pesquisa proporcionou diferentes olhares sobre essas temáticas, entretanto a posição adotada no decorrer de seu desenvolvimento é de que é válida a oportunidade de implantação de um APL, em vista dos benefícios que podem ser trazidos.

Pensar em atividades econômicas como o turismo e colocá-las frente a questões de identidade, espaço, cultura e memória, suscita uma série de discussões sobre limites de interesse, execução e principalmente preservação.

O Arranjo Produtivo Local, pode ser uma ferramenta impulsionadora de extremo valor para um espaço que pretende organizar seus bens para fins de desenvolvimento com base local, com oferecimento organizado de produtos e serviços, sendo realizado obviamente numa perspectiva participativa e equilibrada.

A Ilha de Lençóis se encaixou de forma ideal como objeto de estudo, pois possibilitou a investigação pretendida, por possuir um cenário propício ao turismo nas possibilidades de um APL. Os componentes de arranjo produtivo que o local possui, necessitam somente de uma melhor modelagem, pois já estão em pleno e longo funcionamento.

No âmbito das comunidades tradicionais, o Arranjo Produtivo Local pode ser uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, visto que a grande preocupação em torno de trabalhos nesses territórios deve ser sempre preservação da identidade e do modo de vida. Acredita-se então que de forma geral, o objetivo seguiu um caminho coerente que possibilitou alcançar os resultados esperados, proporcionando uma conclusão de trabalho satisfatória.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marcos Eduardo Monteiro. **Fatores que Influenciam na Vantagem Competitiva de Empresas em um Arranjo Produtivo Local**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- AMATO NETO, João Amato. **Gestão de Sistemas Locais de Produção e Inovação (Clusters/APLs)**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- AQUINO, F. P. C. **Arranjos Produtivos Locais Industriais: empresários e governança em Jaguaruana (CE)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ARAGÃO, A. M. de. **Governança e Cooperação em Arranjos Produtivos Locais: Estudo de casos múltiplos de APL em Sergipe**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.
- BARBOSA, F. F. O Turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 14, p. 107–114, 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15380>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- BATISTA, Cláudio Magalhães. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno virtual de turismo**, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005.
- BATTESTIN, Cláudia; NOGARO, Arnaldo; CERUTTI, Elisabete. Meio ambiente e sociedade: uma relação a ser pensada a partir da vida. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, ed. especial, p. 82-87, 2015.
- BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.
- BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira e culturas brasileiras. In: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **Revista São Paulo em perspectivas**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 74-83, 2001.
- BOULHOSA, Marinete Silva; VASCONCELOS, Ana Cristina Penante. Turismo de Base Comunitária na Ilha do Marajó: a experiência da comunidade de Pesqueiro, Soure. In: ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 9., 2019. **Anais eletrônicos [...] [S.l.]**: ETBCES, 2019. Disponível em: https://etbces.net.br/images/etbces/anais/2019/Linha7--artigo_ix_etbces_Marinete-Boulho_TBC-na-Ilha-de-Marajo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.
- BOURDIEU, Pierre *et al.* **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, 7 fevereiro de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária: Princípios e Diretrizes**. Brasília, DF: ICMBio, 2018.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Caderno de Experiências**. Brasília, DF: ICMBio, 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (MA)**. Brasília, DF: MM, ICMBIO, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Chamada Pública MTur n. 001/2008**. Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, DF: MTur, 2008.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio César Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide. **Turismo, cultura e desenvolvimento**. João Pessoa: EDUEPB, 2012.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília, DF: SEBRAE, 2014.

CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. **Arranjos Produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 21-34, 2003.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. **Manual de metodologia científica**. Itumbiara: Iles/Ulbra, 2014. v. 201.

CASTRO, L. H. **Arranjo Produtivo Local**. Brasília: SEBRAE, 2009. 44 p. (Série Empreendimentos Coletivos).

CERVIERI, C. M. Desafios para uma Política Nacional de Apoio aos APLs. **T&C Amazônia**, ano 6, n. 15, p. 24-32, out. 2008.

CHAVES, Sidney Soares *et al.* **Micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais: um estudo do setor pesqueiro da Foz do Rio Itajaí-Açú/SC.** 2004. 193 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CHIOCHETTA, João Carlos; HATAKEYAMA, Kazuo. Implementação de um APL - arranjo produtivo local: o caso do setor metal mecânico da região sudoeste do estado do Paraná. **Revista Produção Online**, v. 7, n. 1, 2007.

CLAUSSEN, Miriam Raquel Silva. **O processo de urbanização do município de Imbé, RS: dinâmicas socioespacial e socioambiental.** 2013. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CORIOLOANO, L. N. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Anablumme, 2006.

COSTA, Eduardo José. Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.** Brasília, DF: Mais Gráfica Editora, 2010.

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCC-e)**, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2006.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Território e territorialidade: abordagens conceituais.** Natal: UFRN, 2008.

DAYCHOUW, Merhi. **40 Ferramentas e técnicas de gerenciamento.** São Caetano do Sul, SP: Editora Brasport, 2007.

DIAS, Cleidson Nogueira. Arranjos produtivos locais (APLs) como estratégia de desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão**, v. 9, n. 17, p. 93-122, 2011.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. Território e cultura: algumas aproximações sobre o modelo sócio-político de urbanização. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 5., 2011. **Anais [...]** São Luís: EDUFMA, 2011. p. 1-10.

DONAIRE, D.; SILVA, M. P da; GASPAR, M. A. A rede de negócios do Turismo: um estudo sobre suas características e implicações estratégicas. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 11, jan./abr. 2009.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: Unesp, 2005.

FERREIRA, S.G. **Os impactos do Turismo nas pequenas cidades: um estudo em Itapeçerica-MG/Lavras, UFLA,** 2005.

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades: um estudo em Itapeçerica - Minas Gerais.** 2006. 82 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

FERRETTI, Sergio F. Encantaria maranhense de dom Sebastião. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, p. 262-285, 2013.

FIGUEIREDO, Roberta de Melo. **Territórios noturnos de vidas “impuras”**: prostituição e Territorialidade Travesti em Governador Valadares – MG. 2009. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

FREITAS, Tanise Dias. Arranjo Produtivo Local: um instrumento de desenvolvimento humano e melhoria de qualidade de vida? O caso da Piscicultura em Restinga Sêca/RS. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS IPEA, 1., 2011. **Anais [...]** Brasília, DF: IPEA, 2011.

FRIZZO, Marcos Antonio. **O potencial de transformação do aglomerado de produtores de vinhos do município de Pinheiro Preto num Arranjo Produtivo Local**. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

FUINI, Lucas Labigalini. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, v. 9, n. 2, 2013.

GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor. **Modelos multiorganizacionais no turismo**: cadeias, clusters e redes. 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 208 p.

GONÇALVES, Daniele Cristine Ramos; GUIMARÃES, Luzia Lima. Arranjos Produtivos Locais como estratégia para o Desenvolvimento Regional. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005. **Anais [...]** São Luís: UFMA, 2005.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, n. 19, p. 57-68, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JACOMETTI, M. *et al.* Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 425-454, mai./jun. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1986.

LASTRES, Helena M. M. *et al.* **Interagir para competir**: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília, DF: Sebrae/Finep/CNPq, 2002.

LASTRES, Helena. Avaliação das políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil e proposição de ações. **RedeSist**, Rio de Janeiro, p. 1-37, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Marcelo Soares Bandeira de. O capitalismo enquanto cultura: crítica da racionalidade econômica. **Nova Economia**, v. 29, p. 1117-1139, 2020.

MIRANDA, José Marcelo Goulart de **Melhoramento de Clusters**: experiências da Ásia e da América Latina - “Avaliação e monitoramento de Projetos de APLs no SEBRAE: método e indicadores”. Brasília, DF: SEBRAE, 2003.

NASCIMENTO, Luciana do. **Estudo da competitividade do APL das empresas de cal da região metropolitana de Curitiba**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. 204 p.

OLAVE, Maria Elena L.on; AMATO NETO, Jo.o. Redes de cooperação produtiva: empresas. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 289-303, dez. 2001.

OLIVEIRA, Cristian Remor. **A importância das unidades de Conservação para a preservação de um meio ambiente equilibrado**. 2014. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PAULA, Gilles B. de. **Plano de Ação**: o passo a passo da ideia à concretização de seus objetivos. [S.l.]: MPCE, 2016.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. “Filhos do Rei Sebastião”, “Filhos da Lua”: construções simbólicas sobre os nativos da Ilha dos Lençóis. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 13, n. 13, p. 61-74, 2005.

PORTAL ECO. O que é a Amazônia Legal. Dicionário Ambiental. **((o))eco**, Rio de Janeiro, nov. 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PUPPI, I. C. **Estruturação Sanitária das Cidades**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; São Paulo: Cetesb, 1981.

ROCHA, Ana Gabriela de Oliveira. **A importância dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento dos municípios**: um estudo comparativo na região serrana do Rio de Janeiro. 2006. 70 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia) - Instituto de

Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2006.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FELSKI, Henrique; DALLABRIDA, Ivan Sidney. O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 1, p. 83-97, 2010.

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, p. 151-179, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2023.

SILVA, Amanda Dedino. **Arranjos Produtivos Locais como Estratégia para Inovação em Santa Catarina**. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Maria Aline Da *et al.* Educação profissional: o papel da educação profissional-tecnológica no contexto da educação para todos. *In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA*, 4., 2012. **Anais eletrônicos** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/394>. Acesso em: 04 jul. 2023.

SILVA, Rosijane Evangelista da. Comunidades Tradicionais, Cultura e Turismo: Bases Para o Desenvolvimento Local. *In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO*, 6., 2009. **Anais** [...] São Paulo: UAM, 2009.

SILVA, Solange Teles da. Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado Avanços e Desafios. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, n. 6, 2006.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO. I. E. de et al. (org.) Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SUZIGAN, W. **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Relatório Consolidado. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

TATSCH, Marcelo Pastoriza. **Fatores de competitividade de empresas organizadas em redes de cooperação.** 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

VIEIRA FILHO, Diógenes de Souza; SILVA, Fabíola Barreto da; VERAS, Rafael Lincoln Océa de Menezes; NÓBREGA, Fábio Augusto Rodrigues da. Infraestrutura Urbana: infraestrutura e o crescimento populacional no Brasil. **Cadernos de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas**, Sergipe, v. 1, n. 16, p. 19-25, mar. 2013.

ZDEBSKI, D. A importância da cooperação e compartilhamento de informações para a competitividade do APL de instrumentos médico-odontológicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 31., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]** Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2011.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Data: ___/___/___

Nome (identificação opcional): _____

Idade:

Gênero:

Grau de escolaridade:

Estado Civil:

- 1) Você acredita que a Ilha de Lençóis tem a possibilidade de se consolidar como destino turístico?
() SIM () NÃO
- 2) Você considera que a Ilha de Lençóis tem equipamentos suficientes para se estruturar turisticamente (meios de hospedagem, alimentação, transporte)?
() SIM () NÃO
- 3) Você conhece o conceito de APL (Arranjos Produtivos Locais)?
() SIM () NÃO
- 4) Você acredita que a criação de um APL favorecerá o desenvolvimento turístico local?
() SIM () NÃO
- 5) Você trabalha ou empreende em algo relacionado ao Turismo?
() SIM () NÃO
- 6) Você acredita que a atividade turística fortalece a cultura local?
() SIM () NÃO
- 7) Como é a relação da comunidade com os visitantes na ilha?
() AGRADAVEL () DESAGRADAVEL () INDIFERENTE
- 8) Você considera que o turismo pode ser uma ferramenta de melhoria de renda para os residentes locais?
() SIM () NÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista semiestruturada para Gestores Públicos

Nome (identificação opcional): _____

Idade: _____

Data: ___/___/___

Entidade que representa: _____

Perguntas:

- 1) Quais são políticas de desenvolvimento voltadas as comunidades tradicionais de Cururupu?
- 2) Na Ilha de Lençóis, como é o acesso da comunidade a infraestrutura básica (escola, hospital, policiamento, aquisição de alimentos, entre outros)?
- 3) Em relação ao Turismo, existem políticas específicas ou mecanismos de incentivo? Se sim, quais são?
- 4) Existem parcerias com o SEBRAE, as Universidades Federal e Estadual, o Governo Estadual ou Federal, iniciativa privada? De que forma acontecem? (caso a resposta da pergunta anterior seja positiva)
- 5) Existe algum plano de ação para estruturar mais formalmente a atividade turística na Ilha de Lençóis?
- 6) Quais benefícios aconteceram ou são esperados para a comunidade com o acontecimento do Turismo?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE



APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista semiestruturada para empreendedores de Turismo

Nome (identificação opcional): _____

Idade: _____

Data: ___/___/___

Setor de atuação: _____

Perguntas:

- 1) Você é nativo e/ou residente da comunidade de Lençóis?
- 2) O fluxo de turista é satisfatório para manter seu negócio?
- 3) Existem roteiros ou atividades preestabelecidas para os turistas na Ilha de Lençóis?
- 4) A comunidade oferece ao turista, hospedagem, transporte e alimentação?
- 5) Que mudanças essa movimentação turística trouxe para a Ilha?
- 6) Você acredita que uma organização de parceria no modelo de Arranjos Produtivos Locais, fortaleceria e organizaria mais a atividade turística que já existe?



:UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a)

Estou realizando uma pesquisa de Mestrado **DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA ILHA DE LENÇÓIS**: entre o cotidiano e a experiência turística, cujo objetivo geral corresponde em Investigar as possibilidades de organização de Arranjos Produtivos Locais nas comunidades tradicionais pesqueiras de Cururupu e os reflexos na dinâmica socioespacial destes locais. A Pesquisa conta com a orientação da Prof^a Dr^a Conceição de Maria Belfort de Carvalho.

Sua participação nessa pesquisa é uma opção, você pode não aceitar participar ou desistir em qualquer fase da mesma, a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a UFMA ou qualquer outra instituição envolvida.

Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo. Os riscos relacionados com sua participação na pesquisa estão relacionados a aplicação dos questionários e entrevistas e poderão ser: invasão de privacidade; divulgação de dados confidenciais que são registrados no TCLE; cansaço ao responder as entrevistas e questionários, constrangimento ao se expor durante a realização da pesquisa; porém, você pode não responder ou não querer mais participar da pesquisa sem nenhum tipo de prejuízo e/ou implicações a você, à Pesquisa e à UFMA. Contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto, contando com a formação teórico-prática da pesquisadora na área.

Quanto aos riscos físicos, não haverá possibilidades de ocorrer, visto que a coleta de dados ocorrerá em espaços seguros, dentro da universidade e/ou caso se faça necessário, por meio virtual. Você terá como benefício direto, além do recebimento de maiores esclarecimentos

e de conhecimentos sobre a pesquisa, ser agente contribuinte para ampliar as discussões sobre o tema, bem como as ações institucionais da universidade a que pertence.

Será garantido a você, caso se faça necessário, o ressarcimento das despesas geradas ao vir participar da pesquisa, assim como o direito à garantia de assistência e de indenização, no caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Caso aceite gostaria que soubesse que será realizada coleta de dados por meio de aplicação de um questionário misto. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, como divulgação em revistas e congressos, em que sua identidade será preservada.

Você receberá uma via deste termo, assinada por ambas as partes, onde consta o telefone e o endereço eletrônico da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Agradeço sua participação e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos através do e-mail samy.cristina@discente.ufma.br ou (98) 981058001 – Samya Cristina Melonio dos Santos Mestranda em Cultura e Sociedade pelo PGCULT da UFMA.

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos CEP/UFMA, poderá ser contatado para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo e-mail: cepufma@ufma.br. Telefone: 3272-8708. Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho, Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética. **UF: MA Município: SAO LUIS. CEP: 65.080-040.**

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar voluntariamente.

Local e data

Pesquisadora Responsável

Participante

ANEXOS

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA DO ICMBio



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 85222-1	Data da Emissão: 24/02/2023 15:01:42	Data da Revalidação*: 24/02/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		
Dados do titular		
Nome: SAMYA CRISTINA DOS SANTOS CAMPOS	CPF: 035.010.633-93	
Título do Projeto: DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA ILHA DE LENÇÓIS: ENTRE O COTIDIANO E A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA		
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal do Maranhão	CNPJ: 06.279.103/0001-19	

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Entrevista com residentes da comunidade de Ilha de Lençóis	03/2023	03/2023
2	Entrevista com representantes da atividade turística de Ilha de Lençóis	04/2023	05/2023

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem visitadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da subsídncia com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074 de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso da subsídncia com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074 de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação de legislação vigente, ou quanto da investigação, omissão ou falta de prestação de informações relevantes que subsidiarem a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	As atividades de campo exercidas por pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
7	Este documento não dá acesso ou permissão de acesso a qualquer tipo de patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja outras informações em www.mma.gov.br/gen .
8	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar enfoque de coleta ou captura que não comprometa a estabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
9	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anulações previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor do território para (FUNAN) da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possuidor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0852220120230224

Página 1/3

ANEXO B - PLATAFORMA BRASIL (EM TRAMITAÇÃO)

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO							
Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	SAMYA CRISTINA DOS SANTOS CAMPOS	1	23/06/2023	27/06/2023	Pendência Documental Emitida pelo CEP	Não	  

- HISTÓRICO DE TRÂMITES							
Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	27/06/2023 09:45:22	Rejeição do PP	1	Secretária	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	PESQUISADOR	De acordo com a Norma Operacional nº 001/2013, sol Ver mais >>
PO	23/06/2023 19:39:16	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	
PO	11/11/2022 11:53:00	Rejeição do PP	1	Secretária	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	PESQUISADOR	De acordo com a Norma Operacional nº 001/2013, sol Ver mais >>
PO	10/11/2022 21:01:26	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	